



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARCONDES SANTOS DE OLIVEIRA JÚNIOR

**CHEIAS DE CHARME E A PEC DAS DOMÉSTICAS:
UMA ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA TELEDRAMATURGIA NACIONAL
PARA A PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DIGNO NO BRASIL**

**JOÃO PESSOA
2025**

MARCONDES SANTOS DE OLIVEIRA JÚNIOR

**CHEIAS DE CHARME E A PEC DAS DOMÉSTICAS:
UMA ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA TELEDRAMATURGIA NACIONAL
PARA A PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DIGNO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais pela Universidade Federal da
Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Martins Aragão

Co-orientador: Prof. Dr. Túlio Sergio Henriques
Ferreira

**JOÃO PESSOA
2025**

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

J95c Oliveira Junior, Marcondes Santos de.

Cheias de Charme e a PEC das domésticas: uma análise sobre a contribuição da teledramaturgia nacional para a promoção de Direitos Humanos e trabalho digno no Brasil / Marcondes Santos de Oliveira Junior. - João Pessoa, 2025.

65 f. : il.

Orientação: Rodrigo Martins de Aragão.

Coorientação: Túlio Sergio Henriques Ferreira.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Telenovela. 2. Domésticas. 3. Trabalho digno. 4. Agenda Setting. 5. OIT. I. Aragão, Rodrigo Martins de. II. Ferreira, Túlio Sergio Henriques. III. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

MARCONDES SANTOS DE OLIVEIRA JUNIOR

CHEIAS DE CHARME E A PEC 478/2010: UMA ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA TELEDRAMATURGIA NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E TRABALHO DIGNO NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 03 de outubro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Martins Aragão – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. Dra. Caroline Colpo
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. Dra. Isabella Chianca Bessa Ribeiro do Valle
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

AGRADECIMENTOS

Este trabalho carrega, no simples fato da sua existência, o símbolo de uma trajetória marcada por aprendizado. Aqui, não me refiro unicamente à aprendizagem acadêmica, mas ao processo de auto conhecimento que enfrentei ao longo desta graduação, das grandes descobertas que tive como pessoa e, em especial, sobre as minhas escolhas de vida. As incertezas, que muito me torturaram, hoje se mostram insignificantes diante da possibilidade de fazer o que se gosta. Esta pesquisa, para mim, marca essa transição. Ela é símbolo do final de um percurso, mas do início de uma vida inteira. Representa o lugar onde estive e os lugares onde posso chegar e traz, consigo, as possibilidades de um mundo que também pode ser meu. A este trabalho, portanto, destino o meu primeiro agradecimento.

Neste processo, a figura do meu orientador surgiu como a personificação dessas possibilidades. Através dele, eu conheci não somente um caminho possível de pesquisa, mas um encontro com o meu futuro. Ao me possibilitar a aproximação com a Comunicação, Rodrigo me concedeu uma maneira de estar perto dos sonhos que um dia tive, e de dar sentido às ideias que eu pensava serem tão desconexas. Ele se propôs a assumir o imenso trabalho que seria guiar um aluno de outra área do conhecimento e familiarizá-lo com um campo de ideias completamente novo. Me forneceu referências, novas perspectivas e, sobretudo, oportunidades. Veja, a um professor não basta apenas ajudar seu aluno, é preciso querer ajudar, e Rodrigo quis. Por isso, professor, lhe sou infinitamente grato.

As pessoas importantes da minha vida, desde os amigos com quem divido meus dias, os que carrego com profundo carinho na minha memória e até os colegas que, por simples atos de gentileza no cotidiano da universidade, se fizeram especiais, também peço obrigado. São os momentos de respiro com vocês que deixam os dias mais bonitos. Aos meus familiares que, mesmo longe, me acompanharam e me cuidaram por todas as vezes que puderam, destino o meu agradecimento mais sincero. Mainha, painho e Matheus: saibam que eu tento, todos os dias, fazer vocês felizes. Para Thais, o que posso dizer é: João Pessoa só é casa por causa de você. Obrigado por estar aqui.

Por fim, em um imenso juízo de valor, agradeço as minhas telenovelas, que me acompanham, cotidianamente, desde que me entendo por gente. A novela esteve comigo tal qual uma amiga, desde as lembranças das tardes na casa de minha avó durante a infância até os duros intervalos de trabalho que vieram com a vida adulta. Nas datas especiais que não pude comemorar com os meus, a companhia das novelas esquentou o meu coração. Em muitos dos momentos difíceis da adolescência, elas falaram aos meus pais as coisas que a

mim faltavam palavras para dizer. Do amor que um filho gay precisa até a história do Brasil Colônia, todos os assuntos foram conversados na sala da minha casa, embalados por uma abertura marcante, ganchos emocionantes e a ansiedade do próximo capítulo. Por isso, guardo imenso carinho e respeito pela telenovela, e a considero uma instituição nacional. A ela, agradeço pela constante companhia e desejo, sempre, vida longa. O que diz a epígrafe deste trabalho é, portanto, um voto meu para o futuro das nossas telenovelas. Vida longa à teledramaturgia brasileira! Que seu espaço não se perca, e que “os filhos dos filhos dos nossos filhos” ainda vejam as nossas grandes histórias.

*Redescobrindo as Américas quinhentos anos depois
Lutar com unhas e dentes pra termos direito a um depois
Fim do milênio, o resgate da vida
Do sonho, do bem
A terra é tão verde e azul
Os filhos dos filhos dos filhos dos nossos filhos, verão.*

(Marcus Viana, 1990)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a correlação entre a veiculação dos temas do trabalho doméstico digno defendidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) na telenovela “Cheias de Charme” (2012) e a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional 478/2010, popularmente conhecida como PEC das Domésticas. Para tal, utiliza-se do modelo de *Agenda Setting* proposto por Donald Shaw e Maxwell McCombs (1972) na investigação sobre a influência da telenovela na agenda pública nacional, bem como realiza Análise Documental por meio do registro da tramitação da PEC no Congresso Nacional entre 2010 e 2013. O trabalho fundamenta-se, principalmente, nas ideias sistematizadas por Jesús Martín-Barbero (1997), Raymond Williams (1975) e Maria Immacolata Vassallo Lopes (2009), para avaliar o papel dos meios de comunicação em massa e as aproximações da televisão com os processos culturais, em especial no que se refere ao caso da telenovela brasileira. Os resultados principais do trabalho indicam a correlação positiva e a existência de uma compatibilidade temporal entre a telenovela e a tramitação da PEC. Da mesma forma, a veiculação do tema na telenovela foi compreendido como um gatilho positivo para a retomada da tramitação da PEC, que estava estagnada no intervalo entre 2011 e 2012.

Palavras-Chaves: Telenovela. Domésticas. Trabalho digno. *Agenda Setting*. OIT.

ABSTRACT

This study aims to examine the correlation between the representation of themes related to decent domestic work, as advocated by the International Labour Organization (ILO), in the Brazilian telenovela *Cheias de Charme* (2012), and the legislative process of Constitutional Amendment Proposal 478/2010, commonly known as the Domestic Workers' PEC. The analysis adopts the Agenda Setting theory developed by Donald Shaw and Maxwell McCombs (1972) to investigate the influence of the telenovela on the national public agenda. Additionally, a Documentary Analysis is conducted based on the official records of the PEC's proceedings in the National Congress between 2010 and 2013. The study draws primarily on the theoretical contributions of Jesús Martín-Barbero (1997), Raymond Williams (1975), and Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2009), in order to assess the role of mass media and the intersections between television and cultural processes, particularly in the context of Brazilian telenovelas. The findings indicate a positive correlation and temporal alignment between the airing of the telenovela and the legislative advancement of the PEC. Moreover, the telenovela's treatment of the issue is understood as a positive trigger for the resumption of the PEC's legislative process, which had remained stagnant between 2011 and 2012.

Key Words: Telenovela. Domestic Workers. Decent Work. Agenda Setting. ILO.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Relação Movimentação/Ano da PEC 478/2010.....	56
Figura 1 - Taís Araújo, Leandra Leal e Isabelle Drummond em campanha do Criança Esperança.....	60
Figura 2 - Matéria do programa Mais Você sobre risco no trabalho doméstico.....	60
Figura 3 - Especial Cheias de Charme no Encontro com Fátima Bernardes.....	61

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
2. Bases da Discussão Teórica.....	17
3. Metodologia e a Hipótese Do Agendamento.....	20
4. Os Direitos Humanos na Mídia.....	26
5. Televisão e Cultura.....	30
5.1. Comunicação em Massa e a Telenovela Brasileira.....	34
5.2. Ação Pedagógica: A Representação Social na Representação Artística.....	41
6. Trabalho Doméstico: da representação ficcional aos entes mobilizadores.....	44
6.1. Cheias De Charme (2012).....	44
6.2. As Atuações Sindicais.....	47
6.3. A Organização Internacional do Trabalho e a Convenção N.º 189.....	49
7. O Poder Legislativo e as Propostas de Emenda à Constituição.....	52
7.1. A Tramitação da PEC das Domésticas.....	53
8. Análise e Avaliação dos Resultados.....	56
9. Considerações Finais.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65

1. Introdução

Raymond Williams, no livro *Televisão: Tecnologia e Forma Cultural*, pondera que a televisão, e a radiodifusão como um todo, foram responsáveis por uma significativa ampliação das formas de discussão e debate públicos em comparação com os meios de comunicação anteriormente experienciados pelas sociedades ocidentais. Na mesma obra, o autor pontua que diferentes práticas educativas e pedagógicas comuns ao ocidente, como palestras, demonstrações e a própria aula haviam sido importadas, em certa medida, pela televisão (Williams, 1975). Da mesma forma, Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2009), ao discorrer sobre a circulação da telenovela, afirma que “a distribuição de bens simbólicos no comércio mundial por meio de filmes, programas de televisão, música e turismo deram à esfera cultural um protagonismo maior do que em qualquer momento da história da humanidade”.

Lopes (2009) demonstra, ainda, o processo de incorporação da telenovela brasileira à atual cultura do país, no que se converteu em figura central da identidade nacional - dada a sua credibilidade em representar dilemas da modernidade e sua atuação em prol da inclusão social e construção da cidadania. Ainda que reconheça o papel da televisão na perpetuação de desigualdades ao longo da história¹, a autora reforça que o poder de penetração deste meio na sociedade brasileira e a alimentação do chamado “repertório comum” são fatores de grande valor, visto que a televisão possibilitaria a difusão de informações acessíveis sem distinção de pertencimento social ou classe, promovendo, assim, um novo espaço de debates alternativo ao monopólio dos intelectuais e governantes. Aqui, corrobora-se com a percepção da telenovela enquanto recurso comunicativo ligado a ações pedagógicas que passam a institucionalizar-se em políticas no país e que podem, em alguma medida, ser associadas ao desenvolvimento da cidadania e dos direitos humanos na sociedade brasileira (Lopes, 2009).

A autora enfatiza, ainda, que as pessoas participamativamente do território de circulação dos sentidos possibilitado pelas telenovelas, as evidenciando como construtoras de narrativas que, por meio de mecanismos de interatividade e de uma dialética entre o tempo vivido e o tempo narrado, conseguiu ultrapassar a função de lazer para qual surgiu e se estabelecer enquanto experiência comunicativa, cultural, estética e social tornando-se, ao

¹ Maria Immacolata Vassallo Lopes (2009) discute, em especial, o "efeito demonstração" dos padrões de consumo vividos pelos personagens que diferem da realidade da maioria dos telespectadores e ainda assim são "ostentados" perante os olhares da população, como forma de reforço à lógica capitalista da possibilidade de integração social por meio do consumo que é, por natureza, excludente e desigual.

mesmo tempo, uma forma de narrativa sobre uma nação imaginada e o meio pelo qual a população garantiria sua participação nesta nação (Lopes, 2009). Marilena Chauí (2008), por sua vez, afirma que, mesmo que não seja constituinte do poder, a mídia possui a capacidade de reprodução de ideias e temáticas que motivam a opinião pública a pressionar os detentores do poder, sendo este um fator de suma importância para o desenvolvimento de acontecimentos históricos no país.

Os autores Marco Antonio Turatti Junior e Renato Bernardi (2019), por meio de uma abordagem transdisciplinar entre o direito, a antropologia, a sociologia e a arte, discorrem sobre o espaço da telenovela na sociedade brasileira, bem como as transformações das quais esta vem participando desde a criação da televisão e enfatizam que as representações contidas numa obra de arte ou num determinado produto cultural costumam estar necessariamente próximas do resultado social que aquela sociedade de fato apresenta. Portanto, de acordo com os autores, se faz necessário o “reconhecimento transdisciplinar da observação de certos apontamentos que a arte faz e que podem ajudar na atuação e aplicação do ordenamento jurídico e de leis no movimento social”. Aqui, Junior e Bernardi (2019) reiteram que a representação do público - ou, como chamam, o “se ver na tela” - é um fenômeno capaz de propagar direitos e fazer com que estes direitos sejam reconhecidos, pois consegue viabilizar o “aceitamento da condição de diferentes indivíduos como titulares de direitos humanos” quando são feitas interpretações artísticas com excelência acerca de seus temas.

Neste sentido, a ideia da teledramaturgia e, em especial, da telenovela, como expoente da abordagem de questões culturais, sociais, políticas e éticas por meio da ficção surge como exemplo dos mecanismos os quais a indústria cultural consegue utilizar para responder a certas demandas sociais (Williams, 1975). Tal perspectiva, dessa forma, fomenta a ideia inicial deste trabalho em analisar o papel da grande mídia nacional não somente enquanto representante mas também parte constituinte das mudanças sociais experienciadas no Brasil. Um exemplo de mobilização recente de grande atenção na mídia, ainda que tenha se desenvolvido no âmbito das redes sociais, é o do movimento *Vida Além do Trabalho*, iniciado por Rick Azevedo em decorrência de um vídeo viral publicado em fevereiro de 2023. Esta mobilização, que promoveu os debates acerca da reconfiguração das leis trabalhistas pelo fim da escala 6x1 no Brasil e resultou na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 8/25, de autoria da deputada Erika Hilton (Psol-SP), atuou como gatilho para a elaboração desta pesquisa a medida em que estimulou o questionamento acerca do mesmo fenômeno no caso das telenovelas e serviu como pontapé inicial para se pensar as relações entre teledramaturgia e os processos políticos.

Ao transferir este tema do âmbito das redes sociais para a abordagem sobre direitos trabalhistas na televisão, a telenovela *Cheias de Charme*, exibida pela TV Globo entre 16 de abril de 2012 e 28 de setembro de 2012, surge como um dos maiores expoentes deste processo. Similarmente à PEC 8/25, os debates promovidos pela telenovela sobre condições de trabalho dignas também encontraram sua representação jurídica numa PEC, a saber, 478/10, popularmente conhecida como PEC das Domésticas e hoje já transformada na Emenda Constitucional 72 de 2013. Ademais, chama atenção o acontecimento síncrono da exibição de uma telenovela e de um trâmite legislativo que tinham como protagonistas a mesma categoria. Num contexto de utilização ainda incipiente de redes sociais e plataformas digitais, o questionamento acerca do impacto da repercussão dos temas da telenovela na agenda social daquele período ganham força, traduzindo-se na hipótese de uma correlação positiva entre a abordagem de *Cheias de Charme* e o trâmite da PEC 478/10, ideia que fomentou a seguinte pergunta de pesquisa: É possível correlacionar a tramitação da PEC 478/10 com a representação dos temas de Direitos Humanos e trabalho digno na telenovela *Cheias de Charme*?

Dessa forma, partindo do objetivo geral em analisar a correlação entre a veiculação dos temas do trabalho doméstico digno na telenovela - aqui definidos com base nos princípios fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Convenção N. 189 da mesma organização - e a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional 478/2010, os intuios específicos da pesquisa estão em observar a presença dos temas na telenovela; investigar a sua repercussão em outros veículos e programas da emissora; analisar documentalmente a tramitação da PEC; e avaliar o cruzamento das informações levantadas. Para melhor estabelecer essa relação, o presente trabalho tem como base a Teoria do Agendamento (*Agenda Setting*) de Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), cuja hipótese principal defende a influência da agenda midiática dos meios de comunicação, pela veiculação de determinadas temáticas sociais, sobre a agenda política de cada sociedade.

Apesar de reconhecer formas de mobilização causadas por outras tramas brasileiras, a exemplo das telenovelas *Mulheres Apaixonadas* (2003) e *Salve Jorge* (2012) em temas como os direitos da pessoa idosa e a necessidade de repressão ao tráfico internacional de pessoas, respectivamente, escolhe-se, para fins de delimitação da pesquisa, incluir apenas a telenovela *Cheias de Charme* no *corpus* deste trabalho, por ter sido exibida às 19h, o que a torna um caso de maior atenção e motiva seu principal critério de inclusão em dois sentidos. A priori, por investigar a influência de um produto com menor audiência, em detrimento das obras supracitadas que foram veiculadas no horário das 21h, faixa de maior prestígio e audiência da

televisão brasileira e que goza, naturalmente, de maior repercussão. A posteriori, pela observação, no caso de *Cheias de Charme*, da instrumentalização dos elementos humorísticos e das características específicas das novelas daquele horário, popularmente conhecidas como “farofas”, para construir uma abordagem politizada sobre seu enredo, iniciativa que rompe com a superficialidade tradicionalmente atrelada às tramas do horário.

Ademais, é levada em consideração, neste trabalho, a capacidade de penetração cultural da telenovela por meio da sua serialidade e longa exibição - formato propício para a abordagem complexa e didática de assuntos do interesse público -, bem como o fato de ser uma obra aberta que é escrita enquanto exibida e consequentemente permite tratar em tempo real das problemáticas enfrentadas por cada sociedade. Tal perspectiva enfatiza a hipótese defendida por Lopes (2009) sobre a constituição de um recurso comunicativo pautado pela junção da matriz melodramática com a verossimilhança das narrativas de teledramaturgia nacional. Por outro lado, entende-se que a lógica imbricada na produção de uma obra aberta funciona também como um termômetro para a emissora acerca dos seus interesses executivos e provém maneiras estratégicas de pautar o conteúdo das suas novelas de modo a avaliar sua audiência e garantir maiores resultados financeiros e publicitários.

Ainda que seja de entendimento comum que as relações entre televisão e sociedade não são necessariamente novas, a justificativa deste trabalho está assentada na relevância em se analisar um caso de mobilização popular relacionado ao tema abordado na telenovela, a medida em que o associa com a aprovação de uma lei em âmbito federal no ano seguinte à exibição da obra e se investiga, com base no acompanhamento detalhado da sua tramitação, a possibilidade de uma correlação motivada pelo Agendamento do tema. No entanto, como nos campos das Ciências Sociais e das Relações Internacionais não há monocausalidade, na análise acerca dos ganhos sociais decorrentes deste processo a pesquisa admite a existência de outros fatores intervenientes que não a mobilização midiática, e procura confrontar a hipótese positiva de contribuição da telenovela para a promoção do trabalho digno com a perspectiva de que os resultados colhidos na esfera social e legislativa possam refletir, na verdade, a atuação de outras entidades militantes pela categoria.

Da mesma forma, visando a distanciar-se de vieses, a presente pesquisa analisa tanto a televisão enquanto instituição de nível macro capaz de contribuir para moldar comportamentos de nível micro - influência potencializada pela sua presença em 99,9% das cidades brasileiras (CNM, 2015) - quanto reconhecendo o caráter mercadológico da telenovela e sua natural associação com a lógica capitalista da publicidade - ainda que as críticas associadas aos conceitos de Indústria Cultural difundidas por Theodor Adorno e Max

Horkheimer (1947) sejam aqui confrontadas com a hipótese da função social da teledramaturgia e sua real contribuição no caso brasileiro, pautada principalmente pela obra de Jesús Martín-Barbero (1987), cujas ideias são essenciais para entender o papel dos meios de massa no continente latino-americano.

Por fim, a exposição das ideias aqui sistematizadas divide-se em sete seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, a pesquisa visita os autores cujos trabalhos fundamentaram as conceituações e ideias aqui difundidas sobre a televisão. A segunda seção apresenta os métodos utilizados na pesquisa correlacional e discorre sobre a Teoria do Agendamento, modelo principal tomado para a análise deste trabalho. A terceira seção, discorre sobre os Direitos Humanos, suas questões políticas no caso brasileiro e sua relação com a grande mídia. A quarta seção, intitulada “Televisão e Cultura”, busca fazer breve contextualização sobre o surgimento e a popularização da TV, bem como sua aproximação com as decisões relacionadas ao bem social, seguida da discussão acerca dos meios de comunicação em massa, da aproximação com o caso das telenovelas brasileiras e das possíveis funções pedagógicas relacionadas com a legitimidade e verossimilhança das produções nacionais.

Na quinta seção, intitulada “Trabalho Doméstico: da representação ficcional aos entes mobilizadores”, há uma articulação entre os três fatores aqui tidos como de relevante influência para o debate acerca do trabalho doméstico digno no Brasil, consubstanciada na análise sobre a telenovela “Cheias de Charme”, no apanhado geral sobre a militância de entidades e sindicatos de empregadas domésticas do país, e na introdução à atuação da OIT, bem como a Convenção N. 189. Na sexta seção, que aproxima-se do reflexo jurídico aqui estudado, explica-se o funcionamento do Poder Legislativo, das Propostas de Emenda Constitucional e detalha-se a Tramitação da PEC 478/2010. A sétima seção, por fim, é dedicada à avaliação dos resultados obtidos neste processo.

2. Bases da Discussão Teórica

Esta pesquisa encontra nas ideias sistematizadas por Jesus Martín-Barbero (1987), Raymond Williams (1975), Maria Carmem Jacob (2004) e Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2009) a sua fundamentação teórica principal. De Martín-Barbero, recorre-se ao livro *Dos Meios às Mediações*, no que o autor desconstrói alguns dos postulados da Escola de Frankfurt acerca das implicações econômicas da Indústria Cultural, enfatizando a crítica aos teóricos da Escola de que não se pode fazer Economia sem fazer Filosofia, ao mesmo tempo que discorre sobre o debate político interno aos teóricos latinos promovido pelas falhas dos trabalhos frankfurtianos. Neste tópico, o autor entende que “paradoxalmente, fomos descobrindo tudo o que o pensamento de Frankfurt nos impedia de pensar por nós próprios, tudo o que de nossa realidade social e cultural não cabia nem em sua sistematização nem em sua dialética” (Martín-Barbero, 1987).

Ainda em Martín-Barbero (1987), são retomadas as contraposições por ele elencadas entre a ótica dos pensadores europeus clássicos que enxergam a sociedade de massas enquanto símbolo de degradação e negação cultural e a perspectiva defendida pelos novos teóricos, em especial da prática norte-americana surgida a partir de 1940, para quem a cultura de massas representa “a afirmação e a aposta na sociedade da democracia completa” (Martín-Barbero, 1987). Nesta lógica, o autor retoma o pensamento de Daniel Bell (1979 *apud* Martín-Barbero, 1987) de que as principais mudanças experienciadas neste século não se limitam ao âmbito da política, pois acontecem com maior ênfase na cultura que, por sua vez, perde sua definição aristocrática e passa a ser entendida como “códigos de conduta de um grupo ou um povo”. Aqui, Bell (1979 *apud* Martín-Barbero, 1987) defende que a função mediadora atualmente tem sido realizada pelos meios de comunicação em massa, no que diz:

Nem a família, nem a escola - velhos redutos da ideologia - são já o espaço chave da socialização, "os mentores da nova conduta são os filmes, a televisão, a publicidade, que começam transformando os modos de vestir e terminam provocando uma "metamorfose dos aspectos morais mais profundos.

(Bell, 1979 *apud* Martín-Barbero, 1987, p. 58)

“E quando existiu maior circulação cultural que na sociedade de massa?” questiona Martín-Barbero. Aqui, o autor não somente reforça que o livro - enquanto referência ao ideal aristocrático de intelectualidade - era parte da manutenção da segregação cultural entre as classes, como relembra que o fluxo cultural e de conhecimento foi possibilitado, majoritariamente, pelo jornal, tendo o cinema e o rádio intensificado este processo

posteriormente (Martín-Barbero, 1987). Ademais, Martín-Barbero descaracteriza, com base em D. M. White (1957 *apud* Martín-Barbero, 1987), as relações simplistas anteriormente estabelecidas entre as sociedades de massa e os movimentos totalitaristas, ao passo em que retoma a seguinte pergunta do autor:

Acaso era a Alemanha de 1932 uma 'sociedade de massa' quando permitiu pelo voto que o partido de Hitler subisse ao poder? (...) Não era a Alemanha o país que possuía o maior número de orquestras sinfônicas per capita, publicava a maior quantidade de livros e desenvolvia uma indústria cinematográfica com produções de primeira qualidade?

(White, 1957 *apud* Martín-Barbero, 1987, p. 59)

De Williams (1975), recorre-se principalmente à contextualização histórica e sociopolítica do surgimento da televisão como tecnologia, desde as suas operacionalizações iniciais nos sistemas comercial e militar até o início dos serviços de televisão pública na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos durante os anos 1930, período no qual a tecnologia se aproxima da forma cultural e é instrumentalizada para o atendimento de necessidades sociais que as grandes instituições tradicionais - sobretudo, igreja e escola - não mais poderiam atender, isto é, quando a “imprensa tornou-se não só um novo sistema de comunicação, mas, centralmente, uma nova instituição social” (Williams, 1975), temática que ganha maior espaço de discussão no terceiro capítulo deste trabalho.

Por sua vez, o livro *Telenovela e Representação Social* de Maria Carmem Jacob (2004) também traz significativa contribuição para as discussões aqui elencadas, no que rompe com pressupostos generalizantes da tradição acadêmica voltados às ideologias implícitas no desenvolvimento narrativo das telenovelas brasileiras. A autora discorre sobre a tematização dos interesses das classes populares de maneira crítica em diversas obras da TV Globo - a exemplo das críticas ao Coronelismo retratadas em *Roque Santeiro* (1985) e dos jogos políticos denunciados por *Tieta* (1989) -, o que acaba por desvencilhar a ideia da liberdade criativa dos idealizadores estarem sempre limitadas as forças econômicas, ainda que a autora reitere a posição da emissora enquanto empresa comprometida com o mercado e as forças conservadoras. Da mesma forma, a autora chama atenção para casos como o da telenovela *Renascer* (1993), na qual se constrói uma crítica sobre a pobreza extrema de personagens que “não finalizaram suas trajetórias embalados pela doce magia da ascensão social” (Jacob, 2004) - observação que desconstrói percepções cristalizadas acerca da telenovela enquanto mera reproduutora da lógica neoliberal que prega a ascensão social e seus modos de consumo. Por fim, a autora formula precisas conceituações sobre Representação

Social e sua manifestação na dimensão Artística - tema que será melhor desenvolvido na quarta seção deste trabalho.

Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2009), na mesma linha, enriquece o referencial teórico do qual este trabalho é composto no que ajuda a superar algumas definições defasadas acerca da telenovela, conceituando-a para além de narrativas familiares de cunho melodramático e enfatizando a análise deste produto cultural enquanto definidor de pautas capazes de regular a vida pública e privada. As ideias postuladas em sua obra jogam luz à função pedagógica presente na matriz cultural do melodrama, contribuição evidenciada na periodização da telenovela brasileira proposta pela autora em três fases distintas, a saber: Sentimental (1950-1967), Realista (1968-1990) e Naturalista (a partir dos anos 1990) - sendo a última, de acordo com a autora, a responsável por conceder verossimilhança às obras como as conhecemos e garantir, por conseguinte, sua legitimidade enquanto ação pedagógica. A discussão preconizada por Maria Immacolata tem maior espaço na terceira seção deste trabalho, na qual evidenciam-se os “dispositivos discursivos naturalistas ou documentarizantes que passaram a ser deliberadamente explicitados na telenovela” (Lopes, 2009) que culminaram nas práticas do chamado *Merchandising Social*.

Recorrer-se-á, no aspecto crítico, às ideias de disseminação de ideologia dominante e alienação do ser humano propostas por Theodor Adorno e Max Horkheimer (1947) e sintetizadas nos textos de Albuquerque e Lima (2017). Além disso, evidenciam-se opiniões como a de García Canclini (1995 *apud* Lopes, 2009), no que versa sobre a televisão disseminar a propaganda e orientar a formação de identidades. Tais ideias se fazem necessárias para a discussão teórica do trabalho ao passo em que reiteram o viés contraditório do surgimento de um espaço público de discussão - isto é, a teledramaturgia - sob a égide do setor privado, especialmente ao levar em consideração o fato de que a telenovela tornou-se o produto audiovisual mais lucrativo do país, cujas ideologias e representações tendem a ser naturalmente pautadas por interesses privados (Lopes, 2009). Por fim, as discussões acerca do Agendamento, teoria e método que conduz a principal hipótese deste trabalho, serão melhor fundamentadas na próxima seção.

3. Metodologia e a Hipótese Do Agendamento

O presente trabalho tem, em seu percurso metodológico, uma abordagem qualitativa e de natureza correlacional, por meio da qual se investiga a existência de uma relação entre duas variáveis - Independente (VI) e Dependente (VD) - sem manipulá-las ou provocar variações de qualquer ordem, a saber: a presença dos temas da luta por trabalho doméstico digno na telenovela “Cheias de Charme” (VI) e a aprovação da PEC 478/2010 (VD). Neste procedimento, aproveitar-se-á às variações naturais sem realizar controle, inclusive, de possíveis fatores intervenientes - aqui entendidos como as atuações da Sociedade Civil -, medindo-se apenas as variações consideradas decorrentes da VI.

A hipótese inicial da pesquisa está assentada na ideia de que a veiculação dos temas do trabalho doméstico digno na telenovela influenciou a agenda pública e legislativa nacional acerca deste assunto, de modo a contribuir para a retomada da tramitação da PEC 478/2010, que estava estagnada há quase seis meses e teve sua promulgação efetuada apenas no ano seguinte à exibição da trama. Para verificar tal hipótese, recorre-se a observação da veiculação temática realizada ao longo da obra, bem como seus reflexos nos demais meios, com base no modelo de *Agenda Setting*, à medida em que se realiza uma Análise Documental para registro da tramitação da PEC estudada, de modo a analisar suas movimentações nos anos anteriores (2010 e 2011), síncrono (2012) e posterior (2013) a exibição da telenovela. Ao final, busca-se identificar a existência de uma temporalidade compatível entre os debates promovidos no obra e os trâmites no Congresso.

Este trabalho reconhece a limitação da pesquisa correlacional no que tange a impossibilidade de se determinar a direção da possível correlação positiva identificada - isto é, se a VI acontece em decorrência da VD ou vice-versa - frente a não manipulação do pesquisador sobre as variáveis estudadas, como exemplificam Campbell e Stanley (1978) por meio do célebre paradigma de correlação entre a qualidade de uma determinada escola e o desempenho escolar dos seu alunado. No entanto, a pesquisa encontra a completude dos seus objetivos na averiguação da hipótese da correlação positiva e, no caso da sua constatação, na identificação de padrões que ajudem a predizer correlações da mesma ordem para estudos futuros.

Justifica-se, também, a escolha pela pesquisa correlacional em detrimento da pesquisa causal com base em argumento defendido na obra de Williams (1975), referente às identificações simplórias de causa e efeito propostas acerca da participação da televisão em transformações sociais e culturais. O autor recusa a proposição de que a televisão, enquanto

tecnologia e de maneira independente, exerce efeito causal e determinante sobre o comportamento humano (Williams, 1975). Dessa forma, recorre-se à *Agenda Setting*, enquanto modelo, neste trabalho, pela hipótese de que o agendamento de determinados temas e questões realizados na mídia repercute e prioriza as discussões acerca deste tema nas sociedades contemporâneas, ainda que não emita opinião contrária ou favorável.

O estudo *The Agenda-Setting Function of Mass Media*, tido como fundador da Teoria do Agendamento enquanto hipótese científica, foi originalmente publicado em 1972 pelos professores Maxwell McCombs e Donald L. Shaw que, em consonância com a tradição americana de *Communication Research*, buscavam analisar a influência dos meios de comunicação em massa na opinião pública e na construção da imagem que as pessoas têm da realidade (Castro, 2014). Formiga (2006 *apud* Castro, 2014) aponta que este viés de pesquisa sobre o Agendamento foi embrionário para o surgimento de uma nova orientação nos estudos da comunicação de massa, “distante da consideração da persuasão como objeto de estudo central”. Por outro lado, corroborando com a abordagem adotada neste trabalho, que visa distanciar-se da defesa acerca do estabelecimento de relações causais promovidas pelo *agenda setting*, autores como Martino (2010 *apud* Castro, 2014) tensionam a dificuldade de comprovação empírica do efeito de Agendamento nos casos de relação causal e temporal, em especial nos estudos de curto prazo.

Muitos teóricos dos Estados Unidos já discorriam sobre movimentações parecidas com o que se entende por *Agenda setting* atualmente, a exemplo de Walter Lippmann, a quem McCombs e Shaw atribuem a paternidade do conceito, uma vez que as ideias presentes no livro *Opinião Pública* (1922) estruturaram o modelo teórico proposto pelos autores em 1972, que foi o primeiro a de fato sistematizar e conceituar o fenômeno do agendamento (Castro, 2014). Para tal, McCombs e Shaw fizeram um levantamento durante a campanha de Hubert Humphrey e Richard Nixon, então candidatos à presidência dos Estados Unidos, que resultou na constatação de uma correspondência “quase perfeita” entre os cinco temas predominantes na cobertura midiática e os da agenda pública, concluindo, portanto, que “o grau de importância dado a estes cinco temas pelos eleitores aproximou-se muito do grau de proeminência nas notícias” (McCombs, 2004).

Perpassando as limitações evidenciadas pela pesquisa, em especial pela sua limitação temporal e a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos metodológicos (Formiga, 2006 *apud* Castro, 2014), os professores realizaram novo estudo, em Charlottesville, nos Estados Unidos, com aumento na duração e na amostragem analisadas. Após cinco meses e 227 eleitores entrevistados, os autores concluíram que os sete temas listados pelo público como

mais relevantes durante a disputa presidencial entre George McGovern e Richard Nixon recebiam influência notável da cobertura noticiosa do jornal local (Castro, 2014). Dessa forma, a função de agendamento foi definida pela capacidade dos meios de comunicação de massa em dar ênfase a determinado tema e, paralelamente, pela possibilidade de os indivíduos priorizarem este tema após a influência recebida. Neste tópico, Davi de Castro (2014) reforça a ressalva de McCombs (2004) sobre tal pensamento não se tratar de um retorno à teoria hipodérmica sobre os “poderosos efeitos da mídia”. Ele explica que:

[...] os membros da audiência não são seres autômatos à espera de serem programados pelos veículos de notícia. O papel central que a hipótese atribui aos veículos noticiosos se justifica, então, pela capacidade deles em definir itens para a agenda pública. “Ou, parafraseando Lippmann, a informação fornecida pelos veículos noticiosos joga um papel central na constituição de nossas imagens da realidade”.

(McCombs, 2004 *apud* Castro, 2014, p. 201)

Ao concentrar seus esforços no campo dos estudos dos efeitos cognitivos da comunicação de massa, McCombs e Shaw (1972) acabaram por classificar esta função dos meios de comunicação em influenciar a agenda pública e, por consequência, pautar as conversas entre os cidadãos (Castro, 2014) como a primeira fase do seu modelo teórico. Nela, supõe-se a existência de uma correlação positiva e alta entre a agenda midiática e a agenda do público - que, por sua vez, possui uma capacidade limitada de atenção a um número restrito de assuntos por vez, imposta tanto pelo tempo quanto pela capacidade psicológica das pessoas (Castro, 2014). Por isso, apesar de muitos temas buscarem a atenção do público, um quantitativo relativamente baixo destes tem sucesso em fazê-lo, sendo os veículos noticiosos vetores que exercem influência significativa na percepção acerca de quais assuntos são mais importantes. (McCombs, 2004).

Na segunda fase, investiga-se quais são os fatores psicológicos que levam ao Agendamento e recepção da influência por parte do público, no que se entende que a dimensão dos efeitos do agendamento é moderada por uma variedade de diferenças individuais, bem como a interveniência de outros fatores além da influência midiática na percepção das pessoas (Castro, 2014). Assim, McCombs (2004) joga luz em diferentes fatores psicológicos e sociológicos que podem estimular ou, por vezes, conter o grau de influência dos meios de comunicação. A terceira fase do Agendamento, por outro lado, postula que existe uma agenda de atributos para cada objeto da agenda temática, sendo tais atributos frequentemente veiculados em notícias e nas descrições das pessoas sobre determinados temas públicos - afirmando, portanto, que a presença de atributos da mídia

influencia a importância dada a eles na agenda pública (Castro, 2014). A inclinação desses atributos pode ser enfatizada, aqui, como um diferencial na formulação da teoria, já que o Agendamento promoveria apenas a presença dos assuntos na mídia. Neste ponto, fica evidente que “se os efeitos tradicionais da agenda-setting mostram a influência da mídia em nos dizer ‘sobre o que pensar’, os efeitos da agenda-setting de atributos mostram a influência da mídia em nos dizer como pensar sobre um objeto”. (Kim; McCombs, 2007).

Na quarta fase, a investigação recai sobre os fatores modeladores da agenda midiática em si, a qual McCombs (2004) percebe como variável dependente, isto é, sensível a impactos e influências de fatores políticos e internacionais. Nesta altura, os estudos sobre o tema descobrem uma espécie de interagendamento entre as diferentes mídias e os agentes externos - refletindo, também, a coincidência temática em diferentes veículos que Barros Filho (1995 *apud* Coutinho, 2000) entende como resultado da dependência das mesmas fontes de notícia e agências internacionais que acabam por homogeneizar os conteúdos. Por fim, Davi de Castro (2014), ao discorrer sobre a quinta fase deste modelo, associada à pesquisa recente de McCombs *et al.* (2012 *apud* Castro, 2014), retoma as palavras de Lippman (1922 *apud* Castro, 2014) para defini-la como a capacidade midiática em estabelecer relações consistentes entre “o mundo lá fora e as imagens na nossa cabeça”. Ou seja, de acordo com o autor, a mídia poderia não apenas agendar um tema ou um atributo deste tema, mas escolher enfatizar determinado aspecto desse tema e definir como o público se conecta com ele. Neste trabalho, vale ressaltar, a hipótese do agendamento não é tomada nesses níveis de especificidade, sendo priorizada a investigação acerca da sua proposição inicial de correlação entre agenda midiática e agenda pública.

Iluska Coutinho (2000), ao adentrar no mérito da aplicação do *Agenda Setting* em conteúdos ficcionais, defende que a linguagem e as características particulares de cada gênero televisivo podem ser um diferencial quanto ao grau de agendamento que este poderia exercer. Tal afirmativa, a despeito do pressuposto *mcluhaniano* de prevalência do meio em detrimento da mensagem veiculada, refere aos estudos realizados a época, que tinham como objeto puramente os conteúdos de telejornais, e encontravam na obra de Mauro Wolf (1987) a explicação sobre o baixo poder de agendamento de temas via notícias televisivas, em comparação com o jornalismo tradicional propriamente dito - a exemplo da entrevista de Pedro Collor, publicada pela revista *Veja*, associada ao início de uma ampla mobilização nacional que promoveu à instalação de uma CPI e a posterior cassação do ex presidente Fernando Collor em 1992 (Coutinho, 2000).

Ao retomar McCombs (1972), a autora pontua que a ação de imposição temática dos meios de comunicação de massa estaria restrita aos temas tidos como comuns em discussão na sociedade de um modo geral. Neste parâmetro, Coutinho (2000) traz ainda o “não comprometimento” das telenovelas com a realidade, por ser produto ficcional, como um limitador no que tange o seu poder de agendamento. Apesar disso, a autora faz ressalvas no que diz respeito à verossimilhança das obras e a chamada “expressão do real”, uma vez que as narrativas presentes nas telenovelas brasileiras se preocupam em apresentar possibilidades e representações concretas e condizentes às lógicas de ações que são análogas ao cotidiano real dos telespectadores. Assim, ao analisar o papel das telenovelas na construção das pautas jornalísticas acerca de seus temas, a autora revisita o trabalho de Maria de Lourdes Motter, no qual se analisa o tangenciamento do agendamento do jornalismo através de telenovelas por meio de obras como *O Rei do Gado* (Motter, 1999 *apud* Coutinho, 2000), trama de 1996 que aborda a luta do Movimento Sem Terra e humanizou os militares da causa em sua narrativa, tendo seus temas repercutidos em jornalísticos como a *Folha de São Paulo*.

Em matéria especial para o mesmo jornal, a professora Esther Hamburger explica que a temática concedeu atualidade jornalística à telenovela. “Quando é verossímil, a novela se confunde com o Brasil”, pontua a professora, ao defender que a abordagem na trama reforçou a fidelidade do gênero à convenção que o teria inserido na política brasileira” (Hamburger, 1996). Este reflexo da ficção em jornais evidencia a construção de uma agenda temática que é veiculada não apenas em um produto, mas transborda para outros programas televisivos, seja por um planejamento editorial integrado da emissora ou em decorrência da repercussão de determinado tema em outros meios. Dessa forma, Coutinho (2000) postula a investigação da vinculação entre os conteúdos ficcionais e o interesse público já que, ao indicar a constituição do interesse do público, as telenovelas poderiam pautar a agenda dos telejornais. A autora entende que esta aproximação teórico-analítica pode ser evidenciada por meio da análise dos conteúdos expressos nestes dois gêneros televisivos, refletida mais comumente na referência a atores, personagens ou situações das telenovelas que geram assunto para matérias de conscientização, informação e exemplos da vida real em outros espaços da programação, incluindo no jornalismo.

Por fim, retomando o baixo impacto da hipótese do agendamento em conteúdos apresentados via meios de comunicação em massa, desta vez apontado por Barros Filho (1995 *apud* Coutinho, 2000), este trabalho encara como errônea a ideia trazida por Coutinho (2000) em relação a necessidade de afastamento do telespectador do mundo social promovido pelas narrativas ficcionais durante sua exibição, que seriam concebidas, de acordo com a autora,

para consumo individual. Aqui, a forma de consumo da telenovela, bem como da televisão como um todo, é entendida como propícia a interações não só com o mundo social, mas entre telespectadores desde o próprio momento da sua assistência, seja pela comum localização física da televisão nas salas de estar, o que tende a aglutinar famílias no mesmo ambiente e, consequentemente, forjar um diálogo entre elas, ou por sua narrativa pautada por temáticas universais e organizada em diferentes núcleos temáticos de modo a abranger diversos perfis de público e gerar conversa em diferentes ciclos sociais - fenômeno que, para Lopes (2009), assevera a ideia de que “a novela é tão vista quanto falada, pois seus significados resultam tanto da narrativa audiovisual produzida pela televisão quanto da interminável conversação produzida pelas pessoas”. As diferentes percepções, no campo acadêmico, sobre o uso desses espaços de narrativa na mídia para tratar de questões concernentes aos Direitos Humanos foram sistematizadas na seguinte seção.

4. Os Direitos Humanos na Mídia

Marco Antonio Turatti Junior e Renato Bernardi (2019) explicam que o Direito é responsável por regular as sociedades nas quais se integra com manifestações culturais e sociais para a sua condução. Portanto, “uma vez que um veículo de comunicação em massa consegue traduzir conceitos e movimentações a essa sociedade, a televisão tem um grande poder de antena para compreender delineamentos sociais” (Ribeiro, 2004 *apud* Bernardi; Júnior, 2019). Neste tópico, os autores destacam dentro da legislação os direitos humanos que trazem para o campo legal as reivindicações morais e comportamentais de cada sociedade. Ao estabelecer uma ligação entre seu trabalho jurídico e a arte por meio do que chamam de “diálogo transdisciplinar”, os autores pontuam que a produção de telenovelas brasileiras surge como uma antena para o legislador, aplicador e atuante do Direito, uma vez que o ajuda a reconhecer anseios e necessidades da população em termos de direitos humanos. Em contraponto, os autores dialogam com Bourdieu (1997 *apud* Bernardi; Júnior, 2019), para quem os efeitos sociais da televisão aos direitos humanos são preocupantes:

Os perigos políticos inerentes ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam o efeito de real, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos. As variedades, os incidentes ou os acidentes cotidianos podem estar carregados de implicações políticas, éticas etc. capazes de desencadear sentimentos fortes, frequentemente negativos, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiro, e a simples narração, o fato de relatar, *to record* como repórter, implica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização (ou de desmobilização)

(Bourdieu, 1997 *apud* Bernardi; Júnior, 2019, p. 88)

Tal visão, de caráter pessimista, também encontra defesa na obra de Fábio Souza da Cruz (2011). Ao caracterizar os meios de comunicação de massa como os principais agentes de mediação da sociedade em tempos de globalização, o autor diz que a cultura midiática homogeniza discursos e identidades, constrói estereótipos, sugere maneiras de pensar e mistura elementos oficiais e sensacionalistas em busca, puramente, de audiência. O autor entende que, a medida em que assumem caráter cada vez mais centralizador na sociedade atual, as forças hegemônicas que atuam em conjunto com os meios de comunicação em massa promovem a transmissão contínua das ideologias do homem, branco, ocidental, de classe média (Cruz, 2011), reforçando a ideia de Kellner (2001 *apud* Cruz, 2011) sobre a mídia constituir-se em um aparelho responsável pela promoção simbólica da relação hierárquica

entre atores dominantes e dominados, e que produz uma estratificação social que serve aos interesses das elites do poder.

Por outro lado, ao constatar a dominação social estimulada pela cultura midiática brasileira, dotada de discursos que banalizam e enfraquecem determinados movimentos e temas de acordo com seus interesses estratégicos, Cruz (2011) advoga por menos contradições nesses meios - ora progressistas, ora conservadores - e defende o pensamento de que a mesma cultura que marginaliza pode optar por adotar posições mais isentas e assim incentivar a resistência e a luta social contra as classes hegemônicas. Sustenta o autor, ainda neste tópico, que a leitura das produções veiculadas em meios comunicação de massa deve ser sempre crítica e política, o que permite investigar, de maneira interdisciplinar, os sentidos que estariam sendo fabricados pela cultura da mídia, bem como identificar a insurgência de movimentos contra-hegemônicos que se dão sobre essas construções (Cruz, 2011).

Em consonância com a perspectiva de Cruz, Peruzzo (2022 *apud* Bassi, 2023) busca, na história sobre o desenvolvimento, a compreensão acerca do papel da comunicação e dos movimentos sociais. Neste processo, a autora reflete sobre as problemáticas da comunicação “difusionista”, norteada pela Teoria da Modernização, defensora da transição de sociedades em direção a uma “modernidade” possibilitada pelo desenvolvimento econômico e pelo protagonismo dos meios de comunicação, que seria instrumentalizada para “[...] a disseminação de tecnologias e de valores culturais modernizantes visando ao aumento da produção, circulação e novos hábitos de consumo de bens industrializados”.

Aqui, a defesa de Peruzzo (2022 *apud* Bassi, 2023) recai no incentivo aos meios de comunicação calcados na participação coletiva e na transformação social, em detrimento da comunicação alicerçada na Teoria da Modernização. A comunicação realizada através da mediação tecnológica defendida pela autora abarcaria, por sua vez, o uso de rádios e televisões comunitárias. Este pensamento dialoga, também, com o que traz Grandinetti (2003 *apud* Bernardi; Júnior, 2019) sobre o problema do monopólio da informação por determinadas “castas” da população que podem, cada vez mais, transmitir mensagens consentidas, isto é, informações filtradas, selecionadas ou distorcidas em virtude dos interesses pessoais de tais grupos. Sobre este assunto, Marilena Chauí (2008 *apud* Bernardi; Júnior, 2019) pondera:

De fato, como os meios de comunicação nos infantilizam, diminuem nossa atenção e capacidade de pensamento, invertem realidade e ficção e prometem, por intermédio da publicidade, colocar a felicidade imediatamente ao alcance de nossas mãos, acabam nos transformando num público dócil e passivo.

(Chauí *apud* Bernardi; Júnior, 2019, p. 78)

Ao tratar mais diretamente da representação midiática dos Direitos Humanos (DH), Cruz recorre às palavras de Sánchez Rubio (2007 *apud* Cruz, 2011) em relação à insuficiência do imaginário vigente acerca dos DH na cultura ocidental, que foge a sua complexidade e o concebe como um direito fundamental e natural recebido por todos os cidadãos desde o nascimento - ideia que, na prática, não se sustenta, uma vez que os DH são determinados por lutas e movimentos sociais que precedem qualquer reconhecimento jurídico. Neste ponto, Gallardo (2008 *apud* Cruz, 2011) afirma que “a concepção sócio-histórica indica que o fundamento dos DH está em outro mundo possível, derivado das lutas das diversas sociedades civis emergentes modernas, e na capacidade destas lutas para conseguir a judicialização de suas demandas”. Em tópico correlato, Cruz (2011) reitera que sua problematização quanto à cobertura dos veículos de comunicação de massa no Brasil sobre os DH visa a romper justamente com a trajetória da mídia em utilizar uma noção simplificadora dos DH, desassociando-os das injustiças que permeiam a sua trajetória histórica.

Da mesma forma, Rosiane Alves de Albuquerque e Aluísio Ferreira de Lima (2017) afirmam que a produção dos DH não está isenta de interesses políticos na mídia, uma vez que veículos os midiáticos, por meio da transmissão de ideias e ideologias com representações superficiais e estereotipadas sobre a realidade, reproduzem formas simbólicas alinhadas à lógica do consumo. Os autores defendem que a grande mídia, enquanto elemento da indústria cultural, é capaz de perverter mesmo as tendências políticas mais revolucionárias e usá-las a seu favor sob o manto de uma falsa democratização. Cruz (2011) reforça, também, que no caso brasileiro a grande maioria dos veículos de comunicação massiva trabalham a serviço da ideologia neoliberal. Aqui, o autor caracteriza as empresas que produzem sensacionalismos, omissões e unilateralidades discursivas como “caixas de ressonância das forças hegemônicas”, enfatizando a importância de uma mídia comprometida com a sociedade, disposta a aderir ideias mais progressistas e democráticas a fim de atuar em prol da complexa questão dos DH no cenário neoliberal global (Cruz, 2011).

Por outro lado, Canela (2008 *apud* Cruz, 2011) observa a mídia tradicional enquanto peça fundamental para a “consolidação das democracias [...] e do desenvolvimento de todas as nações adeptas, ao menos formalmente, deste regime”. Desse modo, o autor estipula que os veículos de comunicação massiva deveriam exercer três funções principais: contribuir para o agendamento dos temas que são prioridades para o desenvolvimento humano; assumir papel colaborador para que instituições como governos e a sociedade civil ganhem maior responsabilidade na “formulação, execução, monitoramento e avaliação” de políticas públicas; e informar, “de maneira contextualizada, os cidadãos e as cidadãs de tal forma que

estes possam participar mais ativamente da vida política, fiscalizando e cobrando a promoção de todos os direitos humanos” (Canela, 2008 *apud* Cruz, 2011). Corrobora-se, neste trabalho, também com a defesa do autor acerca da necessidade constante desta postura responsável e de serviço prestado ao cidadão - já que as transmissões de televisão no Brasil são concessões públicas -, e não apenas em contextos e situações espetaculares.

A perspectiva supracitada dialoga, em certa medida, com o conceito de Cidadania Cultural definido por Garcia Canclini (1995 *apud* Lopes, 2009), através do qual o autor entende que a definição do que é ser cidadão não se limita a noção político-jurídica da cidadania e aos direitos previstos por aparatos burocráticos, mas está relacionada também com as práticas culturais que possibilitam o pertencimento e a participação das pessoas em diferentes ciclos sociais - ainda que os meios, neste processo, tenham deslocado o desempenho cidadão para as práticas de consumo. Sobre este tópico, o autor afirma:

Estabeleceram-se outros modos de se informar, de entender as comunidades de que se faz parte, de conceber e exercer os direitos. Desiludidos das burocracias estatais, partidárias e sindicais, os públicos acodem ao rádio e à televisão para conseguir o que as instituições cidadãs não fornecem: serviços, justiça, resarcimentos ou simplesmente, atenção

(Canclini, 1995 *apud* Lopes, 2009, p. 36)

A ideia de que a sociedade buscaria os meios de comunicação guiada pela expectativa em receber os serviços que não veem sendo prestados pela burocracia estatal reflete, em alguma medida, o êxito destes meios em representar esta população que, por sua vez, se enxerga de tal maneira naqueles produtos que a eles busca, inclusive, para exercer direitos. No que tange as telenovelas, tal perspectiva ganha força a medida em que estas obras surgem como objetos ficcionais “mobilizadores e facilitadores de apropriações e recriações subjetivas e simbólicas das representações sociais que narram e dramatizam a vida familiar [...] e as expectativas sociais” (Jacob, 2004). Os movimentos de aproximação da televisão com as questões culturais encontram melhor desenvolvimento na seção seguinte, que evidencia os principais aspectos históricos do surgimento da televisão enquanto tecnologia de comunicação e contextualiza as variáveis que potencializaram a sua chamada “função social”.

5. Televisão e Cultura

Entende-se em Williams (1975) que o surgimento da televisão é fruto de um conjunto de invenções em eletricidade, rádio, fotografia, telegrafia e cinema para fins diversos, que eventualmente passam a ser consubstanciados na tecnologia de televisão que se conheceu na época. Neste tópico, o autor diz que o invento se destacou como um objetivo tecnológico de 1875 até 1890, tendo, posteriormente, se desenvolvido a partir dos anos 1920 como um empreendimento tecnológico específico, e assim se mantendo até os primeiros sistemas de televisão pública na década de 1930. Ainda que tenha perpassado diferentes estágios, o desenvolvimento da televisão dependeu, em grande parte, de invenções concebidas inicialmente para outros fins (Williams, 1975).

A priori, os objetivos que pautaram o desenvolvimento das tecnologias neste período - isto é, as necessidades do Sistemas Comercial e Militar - eram puramente operacionais e limitados à transmissão de informações pontuais e manutenção de controle. Com a centralização do poder político e a necessidade de transmissão de novas mensagens houve, nos primeiros jornais, a combinação de informações políticas com anúncios classificados e notícias comerciais gerais - naturalmente, esta nova forma de comunicação manteve-se alinhada com as instituições tradicionais envolvidas com a doutrina social: igrejas, escolas e assembleias. A posteriori, a radiodifusão passa a ser diagnosticada como uma nova e poderosa forma de integração social, sendo seus usos considerados, em grande medida, comerciais e politicamente manipuladores (Williams, 1975).

Os serviços de televisão pública iniciam-se, de fato, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos em 1936 e 1939, respectivamente, com uma adesão ainda incipiente da população motivada pelos altos custos dos aparelhos, tendo o crescimento tanto de investimento na aparelhagem de transmissão e recepção quanto na aproximação popular com a tecnologia ocorrido apenas na década de 1950. Dentre as principais tendências que levaram a estabilização da radiodifusão, Williams (1975) destaca o aumento considerável em investimento no chamado “lar privatizado”, o que acabou por agravar as distâncias físicas e sociais entre as residências de cada cidadão e os centros decisórios, políticos e produtivos da sociedade. Ademais, vale salientar as pressões em regular a radiodifusão de modo a alinhá-la com os interesses nacionais, sendo tais tentativas frustradas frente ao poderio econômico dos fabricantes do setor. Nesse tópico, o autor reforça que “o controle federal só foi estabelecido depois que as consequências técnicas desse tipo de expansão se tornaram caóticas no nível da tecnologia”, resumindo, dessa forma, o período inicial do desenvolvimento das instituições de

televisão como um momento de contrastes e competição entre os interesses do serviço público e do serviço comercial.

Williams (1975) ainda pontua que, contrariando a tendência das tecnologias de comunicação preexistentes, a concepção do rádio e a televisão enquanto sistemas aconteceu sem a devida definição anterior de conteúdo que neles seria veiculado. Da mesma forma, observa-se que, posteriormente, a questão do conteúdo teria passado por resoluções de forma parasitária, uma vez que estes novos meios transmitiam apenas eventos de conhecimento público, a exemplo de acontecimentos esportivos e peças de teatros. Portanto, “não apenas o fornecimento de instalações de radiodifusão precedeu a demanda, mas os próprios meios de comunicação precederam seu conteúdo” (Williams, 1975).

Williams (1975) pondera, ainda, sobre como as possibilidades criativas da televisão foram frustradas pelas estruturas de investimento e capital implicadas em seu desenvolvimento. Em países como os Estados Unidos, onde a publicidade foi um elemento central para o desenvolvimento e consolidação da televisão enquanto meio de comunicação, houve significativo cerceamento de ideias e temas impostos aos autores de seriados, visto que as marcas e agências publicitárias participavam também das etapas de seleção e roteiro. Por outro lado, ao confrontar esses casos com a realidade britânica, o autor constata que tais imposições não seriam características próprias da radiodifusão, mas sim dos usos dela em determinadas sociedades.

Superadas as questões imbricadas na produção inicial de programas para a televisão, perpassando as dificuldades de realização e distribuição, bem como os esforços de licenciamento de filmes para sua exibição televisiva, ocorre a aproximação da ideia de televisão com a de experiência cultural, caracterizada como “uma experiência engendrada pela articulação complexa entre práticas produtivas, determinantes tecnológicos e econômicos e a função social da televisão dentro do lar” (Williams, 1975). Turner (2016 *apud* Williams, 1975), contudo, reitera que a mera invenção de uma nova tecnologia é incapaz de provocar, de maneira autônoma, mudanças culturais ou sociais - corroborando com o argumento de Williams sobre a necessidade em se “historicizar” os processos, isto é, considerar as naturais articulações dos novos meios e tecnologias pelos grupos de interesse que exercem posição dominante dentro de certa ordem social.

É endossada, nesta pesquisa, a importância desta concepção menos determinista sobre a televisão, ao passo em que se reconhece, em alguma medida, seu papel enquanto meio inserido num processo de mudança cílico que está sempre em curso nas sociedades modernas, sendo a televisão, por vezes, instrumentalizada para acelerar tais processos, mas

não a única condutora destes - dessa forma, admite-se, em consonância com Williams (1975), a relevância de outros fatores causais na mudança social que podem fugir a análise do puro determinismo tecnológico. Nesta lógica, o caráter comercial da televisão, por sua vez, torna-se passível de análise em diferentes níveis enfatizados pelo autor, a saber:

Como a produção de programas para o lucro em um mercado conhecido; como um canal de publicidade; e como uma forma cultural e política diretamente moldada por e dependente das normas de uma sociedade capitalista, que vende tanto bens de consumo como um modo de vida baseado neles, em um ethos que é ao mesmo tempo gerado localmente, por interesses capitalistas e autoridades internas, e organizado internacionalmente, como um projeto político, pelo poder capitalista dominante.

(Williams, 1975, p. 52)

Por outro lado, aproximando-se da teledramaturgia e o crescente protagonismo alcançado por este formato ao longo do desenvolvimento dos produtos televisivos em diferentes sociedades, vale recorrer novamente à contextualização de Williams (1975) no que tange o período em que o drama televisivo torna-se tendência majoritária em meados de 1950, momento no qual a televisão passa a substituir o cinema como “a grande instituição dramática”. Aqui, o fato do drama enquanto experiência inserir-se de tal modo na vida cotidiana é tido como uma das características mais singulares das sociedades industriais avançadas. A despeito das razões sociais e culturais que explicam este processo, Williams (1975) pondera que a simulação dramática de experiências correlatas ao público passa a ser parte essencial do chamado padrão cultural moderno. Ao discorrer sobre o poder penetrativo - e mais consistente, se comparado a outros meios - da televisão no campo das ações públicas e privadas da contemporaneidade, o autor cita:

Algumas das melhores televisões educativas, e de fato algumas das melhores televisões em geral, alteraram alguns de nossos conceitos sobre ensino e aprendizagem. Exibem-se, como observamos, uma boa quantidade de ensino e demonstrações. Mas há muitos exemplos que poderiam ser chamados, com mais exatidão, de prática educacional: a "aula" de idioma, que consiste basicamente em meia hora da vida de uma cidade estrangeira, ouvindo pessoas falarem enquanto você as vê fazer coisas e se conhecer umas às outras, em todo um contexto social; a "aula" de história natural ou de geografia, que é de fato uma visita televisual a algum lugar que podemos ver como se estivéssemos lá; a apresentação de outra forma de vida, algum processo de trabalho ou alguma condição social. Esses tipos de prática, que a televisão torna possível pelo alcance e escopo, estão diretamente relacionados a alguns dos métodos mais encorajadores no âmbito do próprio ensino formal: os de tentar experimentar um processo, em vez de ser ensinado "sobre" ele. Esses programas não substituem os outros tipos de educação, mas acrescentam e, em alguns casos, mudam-nos qualitativamente, de um modo claramente inovador.

(Williams, 1975, p. 84)

Portanto, ao classificar as noções - normalmente tidas como abstratas - de “socialização” e de “função social” enquanto efeitos conferidores de legitimidade nos ciclos sociais, Williams (1975) problematiza também a generalização comumente feita por teóricos do campo acerca da televisão enquanto simples “fator de controle”, exemplificando o seu papel em conduzir debates políticos - em especial durante períodos eleitorais - e caracterizando a própria radiodifusão como forma de comunicação acessível ao desenvolvimento social, uma vez que esta não depende de treinamentos ou critérios específicos para aproximar as pessoas a órbita da autoridade pública (Williams, 1975). Neste tópico, o argumento do autor é trazido, para fins deste trabalho, em defesa do espaço de discussão que tem sido proposto pelas telenovelas brasileiras, a medida em que se estimula a apropriação popular desses espaços como uma maneira de subverter a veiculação de narrativas unilaterais das classes dominantes, ainda que estas obras tenham, em seu interior, fins lucrativos. Retoma-se a analogia de Williams (1975) sobre este assunto, no que diz:

Um explosivo pode ser desenvolvido a comando ou pelo investimento de uma classe dominante ou, ainda, pelo investimento ou para os lucros de um empreendimento industrial e acabar usado por um grupo revolucionário contra essa mesma classe dominante ou por criminosos contra a propriedade dessa indústria.

(Williams, 1975, p. 139)

Em resposta às críticas embutidas nas piadas que caracterizavam a televisão como um “terceiro pai”, Williams (1975) pondera que as crianças, em todas as sociedades desenvolvidas, cresceram com a constante influência de um terceiro pai, na figura de líderes religiosos e professores, por exemplo. Da mesma forma, defende que as propagandas as quais os cidadãos são expostos pela televisão sempre se manifestaram dentro de seus ciclos sociais, inclusive na forma de empregadores e familiares. Por fim, o autor enfatiza que, ainda que tenha fins comerciais, paternalistas ou autoritários, a televisão em si não deve ser restrita a eles, visto que os seus usos são concebidos com intenções e a fim de resultados substancialmente diferentes em cada sociedade. A exemplificação de alguns desses usos, no contexto dos meios de comunicação em massa, encontram lugar na seguinte seção deste trabalho.

5.1. Comunicação em Massa e a Telenovela Brasileira

Martín-Barbero (1987), ao tratar do atrasado interesse na cultura popular, por parte de historiadores e sociólogos, pontuou o surgimento de estudos, a seu tempo tido como recentes, sobre a relação entre povo e cultura forjada através de romances de folhetim, caricaturas e a leitura coletiva de periódicos, quando se desenvolve uma nova percepção da cultura não apenas enquanto espaço de manipulação mas também de conflito, calcado na possibilidade de transformar suas expressões culturais em meios de libertação. No contexto operário, explica o autor, este processo se materializa, similarmente, por meio de uma política cultural que buscava promover instituições de educação operária e canalizar a “fome de saber” em uma tentativa de transformação dos modelos pedagógicos vigentes. Tais expressões, de acordo com o autor, causariam estranhamento quando observadas pela ótica que a estética marxista atribuiu às artes provenientes de culturas dominadas. Nesse sentido, Mirko Lauer (1982 *apud* Martín-Barbero, 1987) expõe, em seu trabalho, a existência de duas operações que traduzem o desconhecimento dessa alteridade cultural, a saber: a indiferença generalizada quanto as especificidade das culturas marginais, e a incapacidade reconhecer o duplo caráter exercido por tais culturas, sendo dominadas mas também possuidoras de uma existência positiva a ser desenvolvida.

Aproximando-se do caso latino-americano, Martín-Barbero (1987) explica que o “descompasso entre Estado e Nação e o modo desviado de irrupção política das massas na América Latina” reforça a necessidade de transformação profunda na abordagem dada a história dos meios de comunicação pois, “se através do nacional-popular se fizeram ouvir no conjunto nacional reivindicações sociais e políticas das classes subalternas, foi num discurso de massa que o nacional-popular se fez reconhecível pelas maiorias” (Martín-Barbero, 1987). No entanto, os estudos do campo, por tradição, mantiveram-se limitados a discutir a estrutura econômica ou o conteúdo ideológico dos meios, sem adentrar as suas mediações, por meio das quais os meios adquiriram, segundo Martín-Barbero (1987), materialidade institucional e densidade cultural. Dessa forma, a crítica do autor recai sobre perspectivas oscilantes e extremistas que ora denotam a influência dos meios de tal força que a ela atribuem a dinâmica das mudanças históricas, e ora reduzem os mesmos meios a “meros instrumentos passivos” da classe dominante. Martín-Barbero (1987) reforça, ainda, que a não existência de mediações políticas nem culturais na história dos meios se dá em decorrência da negligência histórica em relação ao espaço cultural, que o reduziu a seus registros cultos - como as obras de Arte e

Literatura - da mesma forma em que se reduz a vida política das nações aos grandes fatos em detrimento da cultura política popular.

A introdução desta análise voltada ao espaço cultural, defende Martín-Barbero (1987), implicaria simplesmente em focalizar o lugar “onde se articula o sentido que os processos econômicos e políticos têm para uma sociedade”. No caso dos meios massivos, isto significaria pautar a construção da sua história a partir dos processos culturais enquanto articuladores das práticas de comunicação, tanto hegemônicas quanto subalternas, com os movimentos sociais. Para fins deste trabalho, aproxima-se a ideia da cultura enquanto articuladora da comunicação com a análise feita por Gustave Le Bon (1908 *apud* Martín-Barbero 1987) no texto *L'Opinion et la Foule*, onde aponta a progressiva transformação do público ativo composto pelas massas numa audiência passiva - argumento visto, em grande medida, como incongruente com a trajetória dessas sociedades. No contexto da Televisão, esta “passividade” atribuída a audiência também encontra críticas que se utilizam da mesma perspectiva, pautadas pelo argumento de que, com o controle remoto, os telespectadoresativamente consomem diferentes produtos em diferentes canais sem necessariamente receber de forma unilateral as mensagens transmitidas por determinada estação, bem como reage positiva ou negativamente ao que está sendo veiculado com base em suas posições ideológicas individuais - a exemplo dos boicotes promovidos a emissoras ou programas nos dias atuais.

Esta problemática se aproxima, em alguma medida, com a afirmação da unidade do sistema feita por Horkheimer e Adorno (1947) que, de acordo com Martín Barbero (1987), torna-se “teoricamente abusiva e politicamente perigosa” a medida em que generaliza integralmente as mensagens transmitidas pelos meios de comunicação em massa, ignorando as especificidades e diferenças, como pontua o autor, entre o “filme mais vulgar” e os de Chaplin ou Welles, alegando que todas as obras diriam a mesma coisa, pois tudo que falam “não é mais que o triunfo do capitalismo invertido”. Ainda em diálogo com Adorno e Horkheimer, Martín-Barbero (1987) discorre sobre a dessublimação da arte, isto é, uma forma de degradação da cultura por meio da banalização da vida cotidiana.

O autor pontua, neste tópico, que a dessublimação da arte tem ponto de partida no seu desvincilhamento com o sagrado em virtude da autonomia que o mercado lhe possibilita - enfatizando uma controvérsia que a acompanha desde sua raiz, uma vez que a liberdade adquirida pela arte ocidental é ligada ao pressuposto da economia mercantil por essência. Dessa forma, a crítica dos teóricos alemães sobre o que consideram “arte inferior” é vista na obra de Martín Barbero (1987) como puro aristocratismo cultural que, além de negar a

existência de uma pluralidade de experiências estéticas, também não aceita os diferentes modos de fazer e usar socialmente a arte, tendo como impensáveis as contradições cotidianas que fazem a existência das massas nem seus modos de produção do sentido e de articulação no simbólico (Martin Barbero, 1987).

Em diálogo com tais contradições, Morin (1962 *apud* Martin-Barbero, 1987), ao tratar sobre a alienação reconhece sua existência e a entende, na verdade, como mecanismo próprio do funcionamento do social, mas enfatiza que existe uma significativa distância entre este pensamento e a conversão irrestrita do processo industrial na operação constitutiva da alienação. Tendo isto em vista, Morin (1962 *apud* Martin-Barbero, 1987) desenvolve sua análise acerca da cultura de massa em duas linhas, sendo a primeira referente a estrutura semântica - ou seja, o “campo de operações de significação e significações arquetípicas” - e a segunda sobre os próprios modos de inscrição no cotidiano. Joga-se luz na contribuição da primeira linha supracitada, que reside na “descrição da operação de sentido que constitui o dispositivo básico de funcionamento da indústria cultural”, ou seja, a combinação entre a informação e o imaginário ficcional. Perpassando as necessidades de análise sobre as transformações que possibilitaram a comunicação entre esses dois espaços, o autor descobre, no folhetim, a concretização desta ponte. Aqui, o autor reflete que estes romances, historicamente escritos na imprensa e seguindo condições de produção jornalística, surgem como uma intersecção entre a nova matriz discursiva da informação e a linguagem do melodrama.

Neste contexto, Martín-Barbero (1987) constata um deslocamento nos estudos históricos que acaba por re-situar o lugar do popular à medida em que o assume como “parte da memória constituinte do processo histórico”. Aqui, o autor observa a descentralização do conceito de cultura e o que chama de redesenho global das relações entre cultura/povo e povo/classes sociais, movimento que ocorre em rompimento a deformação provocada pelas ideias de Karl Marx de que o único pensamento possível de uma época é o da sua classe dominante - justificando um “etnocentrismo de classe”, que enxerga as classes dominadas como não pensantes e incapazes de produzir suas próprias idéias (Martin-Barbero, 1987). Em detrimento de tais ideias, Martín-Barbero (1987) cita como exemplo relevante desta nova leva de estudos históricos a obra de Zeldin (1979 *apud* Martin-Barbero, 1987), na qual a investigação que abarcou o período entre 1848 e 1948 na França procurou entender a vida popular e em bairros operários, tematizando seus gostos, sensibilidades e estéticas.

Esta iniciativa é fruto de um movimento que busca desvincilar a ideia do popular como contrário do culto ou algo que seria “automaticamente descartado de tudo aquilo que

cheirasse a cultura” - potencializado pelo fato de, desde o século XVIII a cultura popular possuir um estilo de vida com valores próprios de “desconfiança frente às grandes palavras da moral e da política” e de capacidade de gozo cultural evidenciada por meio dos romanceiros, dos espetáculos de feira e da literatura de cordel (Martin-Barbero, 1987). Para o autor, tais expressões provam a capacidade dessa cultura popular em reinterpretar os acontecimentos do seu cotidiano e convertê-los em consciência política.

Neste processo, uma das expressões mais expoentes é o espetáculo de tradição teatral e narrativas provenientes da literatura oral que ganha força na França e na Inglaterra dos anos 1790 e fica conhecido por melodrama. A estrutura dramática do melodrama, como explica Martin-Barbero (1987), é concebida para um "espetáculo total" que, por sua vez, é construído por meio de quatro “quadrados” centrais, a saber: os quatro sentimentos - medo, entusiasmo, dor e riso; as quatro situações - terríveis, excitantes, ternas e burlescas; os quatro personagens - o Traidor, o Justiceiro, a Vítima e o Bobo; e os quatro gêneros - romance de ação, epopéia, tragédia e comédia. Essa estrutura explicita a intensidade proposta pelo melodrama, que provoca catarses em seu público que só se podem ser alcançadas à custa da complexidade (Martin-Barbero, 1987). A pormenorização da função exercida por cada um destes fatores e personagens extrapola os limites deste trabalho, no entanto, vale pontuar a concepção de Hoggart (1957 *apud* Martin-Barbero, 1987) sobre os estereótipos do melodrama, que teriam a função de "permitir a relação da experiência com os arquétipos".

Este tópico possui relevância no que se refere a polarização maniqueísta trazida por tais arquétipos, normalmente dividida entre bons e maus, o que acarretaria numa redução valorativa das narrativas. Northrop Frye (1980 *apud* Martin-Barbero, 1987), por outro lado, explica que esta polarização não acontece apenas nas narrativas românticas, mas se produzem também em tramas de situações-limite para uma coletividade e em contextos de revolução. Deste pensamento, aponta Martín-Barbero (1987), pode-se inferir que “a oposição entre bons e maus não tem sempre um sentido conservador, e de algum modo, inclusive, o melodrama pode conter uma certa forma de dizer das tensões e dos conflitos sociais”. Neste ponto, ganha notoriedade a tradição brasileira de narrativa melodramática, em especial no que se refere às telenovelas da TV Globo, que superam, em grande medida, o maniqueísmo nos seus personagens.

Daqui, citam-se intermináveis casos de tramas protagonizadas por heroínas dúbias, que não eram a representação ilibada da bondade e dos padrões éticos e morais da sociedade, mas sim o reflexo das diferentes facetas e da inexatidão do ser humano, a exemplo de *Dona Beija*, da obra homônima (1986), que torna-se garota de programa; de Nina em *Avenida Brasil*

(2012) que é movida por sentimentos de vingança; e Bibi em *A Força do Querer* (2017), que torna-se chefe do tráfico no Rio de Janeiro. Da mesma forma, ao passo que os protagonistas cometem erros, os vilões retratados nas obras nacionais também costumam receber uma abordagem mais psicológica sobre sua história e suas motivações, geralmente calcadas em traumas, abandonos e negligências sofridas, não os reduzindo puramente ao mal.

Tal leitura sobre o melodrama, em especial no contexto brasileiro, corrobora com a afirmativa de Martín-Barbero (1987), no que diz que “a alienação social não está escamoteada no melodrama: é seu tema, ainda que submetida a uma transposição fantasmática”. Isto é, apesar das resoluções dadas as tramas dos personagens estarem, em grande parte, relacionadas a crença no destino ou acontecimentos um tanto quanto fantásticos, as situações que permeiam a sua trajetória representam dilemas da própria existência humana, inclusive em questões sócio-políticas, que se convertem na “operação de decifração” e no “re-conhecimento da identidade” defendidos por Martín-Barbero (1987). Este fator, ainda de acordo com o autor, é também uma das principais justificativas para a permanência do gênero, muito depois de desaparecidas as suas condições de surgimento, bem como a capacidade de adaptação destes produtos aos diferentes formatos tecnológicos surgidos - sendo, ainda no caso do Brasil, o produto audiovisual mais consumido em plena era dos *streamings* e das redes sociais -, caso que não poderia ser explicado simplesmente por uma ótica ideológica ou comercial Martín-Barbero (1987).

Tendo, em sua essência, diversos aspectos da Revolução Francesa, contexto no qual as atrocidades vividas durante o conflito exacerbaram as paixões políticas e aguçaram a imaginação e a sensibilidade das massas populares que passam a encenar as suas emoções (Martín-Barbero, 1987), o melodrama tem como obra que ajudou a fundamentar seu paradigma a *Filha do Mistério* (1800) de Guilbert de Pixérécourt, que ridicularizava a nobreza em apresentações feitas publicamente, consolidando a ideia de que a encenação do melodrama exige uma relação direta com os espaços dos quais o povo necessita para fazer-se visível, ou seja, as ruas e praças (Martín-Barbero, 1987). Neste ponto, evidencia-se a célebre frase de Martin Barbero (1987), no que diz que “antes de ser um meio de propaganda, o melodrama será o espelho de uma consciência coletiva”. Este viés, enfatiza o autor, é o que coloca definitivamente o melodrama do lado popular, e daí vem também a sua cumplicidade com o público. Pixérécourt já explicava que, sendo inicialmente escrito para aqueles que não sabiam ler, o melodrama se ateve menos às palavras e mais às “grandes paixões”. Neste tópico, enfatiza-se também a função similar do melodrama no Brasil - a exemplo da exibição de *Tieta* em 1989 que carregava consigo as críticas políticas de Jorge Amado que não poderiam ser

visitadas por meio da leitura pelas 18,7 milhões de pessoas analfabetas no país à época (Haddad, 1995).

Neste ponto, Lopes (2009) reitera a “missão educadora” da qual nasceu o melodrama ao caracterizar as telenovelas brasileiras como um grande exemplo de como “um sistema de mídia televisiva pode contribuir para a emergência de um espaço público que se apresenta como uma nova forma de construção de cidadania”. A produção audiovisual, em si, é tida como um dos resultados da trajetória artística da humanidade que buscou ao longo dos séculos - desde as pinturas rupestres ao teatro grego - se auto representar por meio da imagem. Nesta lógica, entende-se que o formato da telenovela, como a conhecemos, teria se constituído como uma tentativa de representações individuais da vida privada, porém, por meio de valores universalizantes, sendo definida como uma narrativa por excelência sobre a família e ideais familiarizados com o senso comum - a exemplo de amor e justiça -, mas também pautada por tendências intrínsecas a contemporaneidade - como confrontos entre gêneros; gerações; classes sociais - e recursos dramatúrgicos - como trocas de filhos, pais desconhecidos, ascensão social repentina, vinganças, entre outros (Lopes, 2009).

Adentrando a trajetória da telenovela no caso do Brasil, Lopes (2009) pontua que dos anos 1960 a 1980, o produto teria se estruturado em torno de representações que “compunham uma matriz imaginária capaz de sintetizar a sociedade brasileira em seu movimento modernizador”. Neste período, as narrativas eram limitadas às questões cotidianas de famílias de classe média do sudeste brasileiro, tendo a posterior diversificação da estrutura da televisão e as próprias modificações políticas experienciadas entre 1980 e 1990 - a exemplo da redemocratização e o processo de globalização - corroborado para o deslocamento do objeto das telenovelas para novas representações sociais do Brasil que, por sua vez, introduziram o que Lopes (2009) classifica como uma “narrativa caleidoscópica e multidimensional do cotidiano vivido pelos brasileiros”.

Neste momento, ganha força, entre os profissionais da área, a discussão sobre a abordagem realista nas telenovelas - traduzida em críticas sociais, políticas e culturais - e a abordagem sentimental, baseada nos chamados “dramalhões”, que encontram maior presença na tradição mexicana. Aqui, Lopes (2009) reforça que, apesar da versão brasileira incorporar problemáticas contemporâneas, esta também é guiada pelos cânones folhetinescos do gênero, como o sentimentalismo e o humor. No entanto, para além das oposições entre realismo e sentimentalismo, a característica da telenovela brasileira mais frisada na obra de Lopes (2009) está assentada na construção do chamado “recurso comunicativo”, evidenciado a partir da telenovela *Beto Rockfeller* (1968) - obra na qual, de acordo com a autora, a introdução de

linguagens mais coloquiais, humor inteligente e certa dubiedade dos personagens teria aproximado as telenovelas do universo contemporâneo das cidades brasileiras e fomentado a criação de um repertório de referências compartilhado pela sociedade.

A partir deste movimento, a telenovela no Brasil não só supera a tradição em narrar as mesmas angústias e situações melodramáticas batidas, como produz um sentimento de expectativa no público, baseado na convenção de que as novelas inéditas iriam trazer sempre novidades que as diferenciassem de suas antecessoras, o que acabou por provocar maior interesse do telespectador e, por conseguinte, o debate sobre seus temas, sendo esta repercussão, em muitos casos, traduzida no consumo de produtos relacionados a obra, como discos de trilhas sonoras e acessórios usados por personagens (Lopes, 2009). Esta característica, ainda que não seja um efeito de agenda, exemplifica a existência da relação entre televisão e sociedade e, ao mesmo tempo, reforça o papel da telenovela enquanto parte importante de uma rede comercial tecida por interesses capitalistas, corroborando com a defesa de Fábio Souza da Cruz (2011) sobre a constante substituição, feita pela mídia, do discurso noticioso por uma espécie de discurso publicitário de caráter mercadológico.

A autora enfatiza, ainda, que o anseio em manter-se por dentro dos assuntos pertinentes a conjuntura atual na qual está inserido é acomodado à estrutura do folhetim - seriada e, por ser obra aberta, interativa - e mobiliza repetidamente o gênero melodramático como recurso comunicativo (Lopes, 2009). Portanto, ao passo em que se consolida como principal produto audiovisual brasileiro, a telenovela passa a ser um dos maiores espaços de discussão e problematização a nível nacional, representando desde a intimidade privada até problemas sociais (Lopes, 2009). Este processo, ainda de acordo com Lopes (2009), produz no brasileiro a sensação de se ver na televisão muito mais na narrativa ficcional e cotidiana da telenovela do que nas matérias veiculadas nos telejornais. Gozando do surgimento deste novo espaço de discussão e dos esforços para a diversificação da matriz melodramática das telenovelas, muitos autores passam a utilizar dispositivos discursivos em prol do chamado *Merchandising Social*, prática que ganha força a partir dos anos 1990, e pode ser definida pela:

[...] veiculação, nas tramas e enredos das produções de teledramaturgia, de mensagens socioeducativas explícitas, de conteúdo ficcional ou real, entendendo-se por "mensagens socioeducativas" tanto as elaboradas de forma intencional, sistematizadas e com propósitos definidos, como aquelas assim percebidas pela audiência – que, a partir das situações dramatúrgicas, extraí ensinamentos e reflexões capazes de mudar positivamente seus conhecimentos, valores, atitudes e práticas.

(Lopes, 2009, p. 38)

Lopes (2009) caracteriza a prática de *Merchandising Social* como uma das características mais proeminentes da teledramaturgia brasileira e marca registrada da ficção nacional, tendo esta prática confirmado o discurso da telenovela como híbrido, além do seu lugar como forma cultural capaz de estabelecer diálogo com seu tempo histórico, e que se preocupa em responder às necessidades que provêm do tecido social brasileiro. Neste ponto, a autora defende a ideia do *Merchandising Social* na telenovela como forma de inclusão social, de educação informal através do melodrama e a considera um bem cultural de acesso popular. Por fim, Lopes (2009) reforça ainda que, embora tal prática esteja hoje amplamente disseminada na teledramaturgia nacional como um todo, foi a TV Globo que sistematizou e institucionalizou seu uso, especialmente em telenovelas. A prática do *Merchandising Social*, enquanto abordagem mais realista e pedagógica do social, adentra as questões de representação que ganham espaço na seguinte seção deste trabalho.

5.2. Ação Pedagógica: A Representação Social na Representação Artística

Maria Carmen Jacob (2004) explica que a representação é, de maneira geral, o “ato de tornar algo presente, por meio de imagens abstratas ou concretas, de conteúdos mentais, de discursos e de outros meios, sem que a ausência material seja superada”. O espectro de uso desta noção é vasto, e possui diferentes aplicações no espaço teatral, científico, literário, jurídico e psicológico. No campo das ciências sociais, de acordo com Jacob (2004), a representação diz respeito ao “ato de presentificar no pensamento dos indivíduos, num contexto fortemente dependente do vínculo social, a realidade vivida”. Aqui, são retomadas as demonstrações de grandes sociólogos sobre a representação, feita pela humanidade ao longo da sua existência, sobre a realidade em que vive a partir de uma complexa relação entre as suas condições de vida e as instituições que desta condição fazem parte. Depreende-se, então, que o principal produto desta dinâmica está no “contínuo movimento de gestação de formas de pensar a realidade social, fomentadoras de práticas, sentimentos, condutas que tendem a reproduzir as condições de existência” (Jacob, 2004).

Ao aproximar-se da representação promovida pela telenovela, em especial no que se refere ao popular, a autora joga luz a um outro aspecto: a representação artística, que se refere à capacidade em tornar presente, utilizando formas e figuras de diferentes naturezas, de um mundo real ou possível, abrangendo desde experiências fantásticas até as mais concretas. A representação do popular na telenovela, portanto, seria o expoente do mundo das formas e figuras, através dos quais se apresentaria plasticamente aquele mundo que é de fato vivido

pelas classes populares (Jacob, 2004). Neste ponto, a autora retoma análise feita por Garcia Canclini (1979 *apud* Jacob, 2004), quando observa, na produção artística, o surgimento de um modernismo alocado no bojo do processo de urbanização acentuada no Brasil, tendo este movimento carregado debates sobre a identidade nacional e a própria expansão da Indústria Cultural em consequência da expansão do mercado.

Neste contexto, Canclini (1979 *apud* Jacob, 2004) relata a formação de um conjunto de profissionais dispostos a “socializar a arte, comunicar as inovações do pensamento a públicos majoritários, com o intuito de fazê-los participar da cultura hegemônica” - dentre estes profissionais, destacam-se, sobretudo, aqueles que tinham ideologia política voltada a esquerda e participavam dos movimentos culturais por ela promovidos. No caso brasileiro, em meio ao processo de esforços para instauração de novas práticas artísticas de produção e consumo que fossem condizentes com as questões e necessidades de um Brasil em vias de modernização, o escritor Dias Gomes surge como uma das figuras mais proeminentes na luta pela criação e renovação da teledramaturgia nacional, no que defendia que esta fosse genuinamente brasileira (Jacob, 2004). Ao relatar este processo, Dias Gomes explica que era parte de uma geração de dramaturgos que já nos anos 1950 defendia a bandeira quixotesca do teatro político e popular. Entretanto, a principal contradição deste teatro estaria no seu público, uma vez que se faziam peças dirigidas a uma plateia popular, mas só frequentavam o teatro e os espetáculos unicamente a plateia de elite. “De repente a televisão ofereceu-me essa platéia popular”, disse o autor (Jacob, 2004).

Maria Carmen Jacob (2004) também chama atenção para os casos de estereotipização em personagens que representam o popular nas telenovelas, que vão desde a representação das matrizes do pobre que tem sua situação sócio-econômica romantizada ao invés de problematizada durante a corriqueira busca pela ascensão social, até as errôneas representações de sexualidade, na tentativa constante em imprimir, ao público, os modelos amorosos mais valiosos da chamada “família brasileira”. Tal problematização é relevante quando se entende que a repercussão da novela tem o poder de mobilizar cotidianamente grandes redes de comunicação, por meio das quais se dá a circulação dos seus sentidos, processo no qual é gerado o que Lopes (2009) chama de Semiose Social. A autora explica que “através desse fórum de debates sobre os sentidos produzidos [...] as pessoas sintetizam experiências públicas e privadas, expressam divergências e convergências de opinião sobre ações de personagens e desdobramentos de histórias”.

Por isso, é de suma importância a defesa de uma representação responsável acerca dos temas e personagens de modo a fomentar respeito a minorias e direitos humanos, visto que,

por natureza, tanto da linguagem da telenovela quanto do funcionamento do imaginário (Morin, 1969 *apud* Lopes, 2009), esses produtos culturais apresentam-se como uma “ação pedagógica implícita e espontânea ativada pela correspondência entre o mundo narrado e o vivido” (Bourdieu, 1975 *apud* Lopes, 2009). A evolução do estreitamento do vínculo entre ficção e realidade, portanto, ao ser combinada com a dimensão pedagógica, é capaz de provocar uma leitura documentarizante, que pode tratar a ficção como documento (Odin, 1984 *apud* Lopes, 2009).

Por outro lado, para que esta ação pedagógica cumpra um papel social positivo, é necessário que haja a identificação das variações representativas e interpretativas da realidade nos dois lados da moeda, isto é, tanto pelos profissionais que fazem parte da produção das telenovelas, como do lado do público - ainda que o último goze de maior atenção na análise acadêmica, em especial nos ensaios sobre decodificação e as hipóteses acerca da multiplicidade de sentidos feitos por Hall (2003 *apud* Lopes, 2009). No que tange o mérito e a qualidade das representações veiculadas em telenovelas e na teledramaturgia como um todo, vale recorrer ao sociólogo Renato Janine Ribeiro (2004 *apud* Bernardi; Júnior, 2019), quando diz que nenhum balanço da TV pode ser considerado unívoco. Aqui, entende-se que é tão equivocado elogiar incondicionalmente a televisão quanto criticá-la cegamente.

6. Trabalho Doméstico: da representação ficcional aos entes mobilizadores

A presente seção é destinada à abordagem de três elementos que são concorrentes ao trabalho doméstico e aqui tidos como norteadores para avaliar as influências recebidas pela tramitação da PEC 478/10. Em primeiro momento, discorre-se sobre a telenovela que é foco deste trabalho, atentando para as suas escolhas narrativas e exemplificando os momentos nos quais a obra se propôs a agendar as temáticas do trabalho digno, bem como os dispositivos e personagens utilizados para aguçar, no telespectador, a busca por direitos. Em seguida, faz-se um apanhado geral sobre o movimento sindical das empregadas domésticas no Brasil, visitando a atuação de importantes personalidades como Laudelina de Campos Melo e os entes que participaram da militância a favor da aprovação da PEC. Por fim, é introduzida a atuação da Organização Internacional do Trabalho e a sua preocupação direta com o trabalho doméstico digno, evidenciada pela elaboração da Convenção N. 189 de 2011, importante documento balizador para a alteração e criação de leis em proteção aos trabalhadores domésticos e ratificado por dezenas de países. Estes itens encontram esquematização nas três subseções seguintes.

6.1. Cheias De Charme (2012)

Cheias de Charme, telenovela brasileira escrita por Filipe Miguez e Izabel de Oliveira, com direção de Denise Saraceni e protagonizada pelas atrizes Isabelle Drummond, Leandra Leal e Taís Araújo, foi originalmente exibida pela TV Globo entre 16 de abril de 2012 e 28 de setembro de 2012, totalizando 143 capítulos. A trama recorre aos tradicionais recursos folhetínecos e dramáticos do gênero para narrar a trajetória de três trabalhadoras domésticas - Maria Aparecida, Maria do Rosário e Maria da Penha - que sofrem as dificuldades impostas pelo seu trabalho e pela vida cotidiana, mas descobrem-se cantoras de sucesso ao formar um grupo musical chamado *Empreguetes*. A novela abordou, ao longo desta trajetória, as problemáticas que permeiam o garantimento dos direitos para domésticas na lei e a formalização do seu trabalho, bem como serviu de alerta para certos abusos sofridos pela categoria no Brasil (Globo Cidadania, 2012).

Por se tratar de uma produção que foi veiculada às 19h, a chamada “novela das sete”, *Cheias de Charme* carregou, desde a sua concepção, elementos estilísticos característicos do seu horário de exibição, que pende para a comédia romântica e conflitos mais situacionais, popularmente conhecidos como “farofas”. No entanto, a narrativa que conduziu a história das

Empreguetes optou por instrumentalizar tais elementos humorísticos para construir uma abordagem politizada - que normalmente é destinada aos folhetins de horário nobre da emissora - acerca das necessidades imbricadas na luta pelo trabalho doméstico digno. Motter (2001 *apud* Mauro; Trindade, 2012) explica que abordagens como essas são possíveis porque a telenovela não somente pauta assuntos na sociedade, como também, e principalmente, reflete em suas representações a realidade do país, trabalhando com o que a autora chama de um “fluxo de dupla direção entre ficção e realidade” e assumindo a função de registro nacional.

Em pensamento similar, Almeida (2003 *apud* Mauro; Trindade, 2012) afirma que o folhetim televisivo serve como uma espécie de vitrine para produtos e comportamentos aos seus telespectadores. Mauro e Trindade (2012) reiteram, ainda, que ao inserir-se no cotidiano e na cultura material do país, a telenovela, enquanto obra artística e cultural, funciona como “um discurso social e ideológico que reflete as ideias e as transformações do contexto em que é produzido, integrando um processo dialógico com a realidade”. Dessa forma, utilizando dessa perspectiva dialógica, a telenovela *Cheias de Charme*, bem como *Avenida Brasil* - exibida no mesmo ano - e vários outros produtos da TV Globo podem ser vistos como uma tentativa da emissora em conversar com a classe média que, à época, iniciava sua ascensão.

Esta conversa, no caso da telenovela estudada, acabou por informar, orientar e familiarizar o público com uma realidade comumente negligenciada. A obra escolhe adotar um viés esmagadoramente favorável à causa das empregadas domésticas em detrimento dos seus empregadores, sendo este processo refletido tanto em detalhes pontuais da construção do enredo - a exemplo do condomínio onde vivem as patroas da trama ser nomeado de “Casa Grande”, em uma óbvia alusão a moradia dos escravizadores nos engenhos do Brasil Colônia - quanto nas constantes denúncias em cenas sobre discriminação, exploração e confrontos judiciais que acabam sempre com resultado favorável às domésticas da telenovela. Tal abordagem introduziu possibilidades de defesa por parte das trabalhadoras e de mecanismos para realização de processos trabalhistas dos quais o público poderia, por ventura, desconhecer. Para tal, os autores da novela utilizavam constantemente o irmão de Maria da Penha (Taís Araújo), Elano (Humberto Carrão) e sua ex empregadora Lygia (Malu Galli), que, por serem advogados, tinham conhecimento sobre os direitos necessários à causa do trabalho doméstico digno e, ao transmitir estes conhecimentos para as trabalhadoras da trama, também os transmitiam aos telespectadores.

Este processo, no núcleo de advogados da trama, em empoderar as trabalhadoras domésticas enfatizando a existência dos seus direitos é, aqui, lido como análogo a prestação

de serviço tradicionalmente promovida por áreas como o Jornalismo, ainda que, em alguma medida, esta prática na televisão seja estrategicamente pautada pelo potencial de consumo da classe em ascensão e pela sua relevância na audiência da emissora. Neste mérito, vale recorrer ao argumento de Barbosa e Trindade (2007 *apud* Mauro; Trindade, 2012) no que se percebe a telenovela enquanto produto midiático dotado de discursos naturalmente heterogêneos, não podendo ser analisada unicamente por um viés determinado, mas sim contextualizando seus diversos fatores. Dessa forma, seria possível evidenciar a possibilidade da telenovela em atuar como transformador social por meio do seu discurso sincrético, heterogêneo, dialógico e ideológico (Mauro; Trindade, 2012) e, ao mesmo tempo, reconhecer suas controvérsias. Rosana Mauro e Eneus Trindade (2012) pontuam, inclusive, a contraposição de representações - ora positivas, ora estereotipadas - de personagens ao longo da trama.

Aqui, os autores discorrem sobre a repetição de valores generalizantes arraigados no imaginário coletivo sobre o negro e o popular que, na novela, se concentram nos moradores do Morro do Borracho e na figura do personagem Sandro (Marcos Palmeira), que seria o tradicional malandro, que vive a base do “jeitinho brasileiro”. Neste ponto, Mauro e Trindade (2012) defendem que há pouca mudança discursiva, uma vez que se reproduzem apenas ideias do senso comum na novela. Por outro lado, afirmam que a telenovela traz mudança social na representação de Maria da Penha na figura da mulher justa, honesta e chefe de família que, apesar da caricatura, não se aliena puramente a lógica do consumo por ele mesmo, movimento esperado numa trama onde há ascensão social da personagem. Em contrapartida, Maria da Penha explora outras possibilidades de poder social, reivindicando para si e para os seus direitos como respeito, igualdade cultural, educacional, e a imposição dos interesses da categoria de trabalhadoras domésticas (Mauro; Trindade, 2012). Estes fatores podem ser consubstanciados em cenas como a de surpresa, por parte de Maria da Penha, com o valor de um vestido de quatro mil reais comprado por Aparecida (Isabelle Drummond), ao passo que a personagem de Taís Araújo demonstra outras prioridades, como busca por uma boa alimentação, moradia digna, transporte de qualidade e melhor educação para sua irmã mais nova.

Por fim, são também passíveis de destaque os estímulos, na novela, à mobilização da força comunitária em situações onde ocorrem injustiças às quais a lei e governo acabam por negligenciar. No capítulo 32 da exibição original, a prisão do trio, em decorrência de um desacato à autoridade em meio a uma discussão na delegacia com a personagem Chayene (Cláudia Abreu), acaba por motivar o lançamento de uma campanha fictícia nas redes sociais a favor da soltura das personagens. Na ocasião, o personagem Elano diz “Se a lei não está

ajudando, vamos apelar para quem pode ajudar”. Nesta dinâmica, a própria mídia é representada durante a telenovela como uma importante ferramenta de empoderamento popular (Mauro; Trindade, 2012), especialmente por meio da *Internet* - aproximação que caracterizou a obra, inclusive, como o primeiro grande caso de transmissão nas telenovelas brasileiras, movimento iniciado com o lançamento do clipe *Vida de Empreguete* virtualmente. Para além da repercussão da telenovela e o agendamento de suas pautas, é também de interesse deste trabalho compreender a atuação dos entes da Sociedade Civil que atravessam a causa do trabalho doméstico digno, processo que ganha maior detalhamento a seguir.

6.2. As Atuações Sindicais

Ingrid Gomes Bassi (2023), ao revisar a obra de Peruzzo (2022 *apud* Bassi, 2023), trata da participação dos movimentos sociais em busca da transformação social no “processo dialógico de se organizarem, constituírem-se, mobilizarem-se e serem no paradigma do Desenvolvimento Participativo”. Neste tópico, Peruzzo (2022 *apud* Bassi, 2023) pontua que “os movimentos sociais, comunidades e demais atores coletivos cívicos [...] ajudam a constituir as transformações no tipo de desenvolvimento social e, ao mesmo tempo, são constituídos e transformados em seu status”. Este entendimento é de grande valia para a inserção, neste trabalho, da perspectiva das atuações da Sociedade Civil enquanto intervenientes na correlação estipulada na hipótese inicial, isto é, novela-PEC. Aqui, observa-se a articulação de movimentos sociais e lideranças sindicais que advogaram em prol dos pontos levantados na PEC 478/10, de modo a avaliar o engajamento ativo desses entes na causa do trabalho doméstico, cujos esforços pautaram a PEC estudada e podem ter promovido a própria tematização da telenovela *Cheias de Charme*.

A priori, vale ressaltar a longevidade da luta por direitos de trabalhadores domésticos no Brasil, movimento que tem na figura de Laudelina de Campos Melo o seu pioneirismo. A ativista mineira, nascida em 1904, começou a realizar trabalhos domésticos aos sete anos de idade, tendo ingressado em movimentos sociais, sobretudo em defesa do povo negro, aos dezesseis (BBC, 2020). Joaze Bernardino-Costa (2020) pontua que, à época, as únicas leis que mencionavam o trabalho doméstico no Brasil eram sanitárias e policiais, cuja preocupação estava assentada nas ameaças trazidas pelas domésticas às famílias empregadoras. Nos anos 1930, Laudelina filia-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e milita pela Frente Negra Brasileira (FNB), fundando a primeira associação de trabalhadores domésticos do Brasil, em Santos, naquela mesma década (BBC, 2020). A partir disto, a militância de Laudelina motiva

o surgimento de outras entidades da categoria, onde fomentava-se a defesa da dignidade no trabalho doméstico e o cuidado com as trabalhadoras que, ao perder a serventia aos seus patrões, acabavam em situação de rua. Entretanto, a atuação dessas entidades foi minada pela perseguição e o seu eventual fechamento promovido pela ditadura do Estado Novo (1937-1946) e, posteriormente, pelo golpe militar de 1964 (BBC, 2020).

Visto que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 não abarcava os trabalhadores domésticos dentre os seus beneficiários, apenas após a Constituição Cidadã de 1988 a associação fundada por Laudelina é alçada à posição de Sindicato, três anos antes do seu falecimento, ocorrido em 1991. Da mesma forma, citam-se importantes lideranças da classe como Ernestina Pereira e Nair Jane de Castro Lima. A primeira, ingressou no serviço doméstico aos quatorze anos e, ao entrar para o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, engajou-se com o movimento doméstico e o representou ao concorrer aos cargos de deputada federal em 1990 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e ao de vereadora de Pelotas nos anos de 1992 e 2000. A segunda, após quase 30 anos no trabalho doméstico, consolidou-se como figura importante na militância acerca do trabalho digno e atuou como presidente da Associação Profissional dos Trabalhadores Domésticos no Rio de Janeiro, defendendo a importância da trabalhadora doméstica, inclusive, na produção de riqueza social, que vai desde o preparo de uma alimentação sadia até a educação das crianças das casas nas quais trabalham (Wobeto, 2022).

Jurema Brites (2022) reitera os benefícios promovidos pelos movimentos sindicais e defende que seus impactos não foram positivos apenas para as trabalhadoras sindicalizadas, mas para todas as mulheres que realizam serviço doméstico no Brasil. A autora explica, também, o papel decisivo desempenhado pelas trabalhadoras brasileiras na conquista dos direitos tensionados neste trabalho, fazendo um apanhado cronológico da trajetória de atuação destas ativistas que vai desde a parceria com a igreja católica entre os anos 1970 e 1980, perpassa a aliança com o movimento feminista nos anos 1990 e culminando no trabalho das Organizações Não Governamentais que teriam atuado diretamente com os parlamentares brasileiros em prol da PEC 478/10.

Brites (2022) afirma que as domésticas sindicalizadas organizaram diversas idas ao Congresso Nacional, nas quais pressionavam os parlamentares pela votação a favor da PEC, bem como à elas credita a sua aprovação. Dentre as entidades que se engajaram com a tramitação da PEC, vale ressaltar as articulações feitas pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), o SINDOMÉSTICA de São Paulo e o Fundo Brasil de Direitos Humanos (Brito *et al*, 2024). A nível internacional, a Organização Internacional

do Trabalho já dispunha da Convenção 189 que estimulava a revisão dos direitos do trabalhador doméstico, surgindo também como um dos incentivadores a alteração de legislações trabalhistas de modo a beneficiar e proteger a categoria. A seguinte seção conta com a descrição da organização e o detalhamento da convenção supracitada.

6.3. A Organização Internacional Do Trabalho e a Convenção N.º 189

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), que possui sede em Genebra, na Suíça, e está em atividade desde 1919, realiza significativa contribuição na formação normativa do Direito Internacional do Trabalho e na promoção de justiça social, sendo a única agência da Organização das Nações Unidas (ONU) dotada de estrutura tripartite, onde há a participação igualitária dos representantes de organizações de empregadores, de governos e de trabalhadores dos seus 187 Estados-membros (OIT, [s.d.]). Georgenor de Sousa Franco Filho (2022), no entanto, afirma que encontra-se na Revolução Francesa de 1789 o principal marco histórico do Direito do Trabalho, dada a exacerbação da desproteção de trabalhadores promovida pelo movimento, que observou o fracasso do Liberalismo e o posterior surgimento do Estado protetor, que gozava de uma legislação tutelar e protetora do operariado. O autor explica, ainda, que as ideias acerca da internacionalização dessa legislação social e trabalhista ganharam força na primeira metade do século XIX, em resposta às mudanças econômicas promovidas pela Revolução Industrial, que enfatizaram os impactos da desigualdade no emprego e na procura por emprego (Franco Filho, 2022).

Neste contexto, os esforços para atenuar os males da classe trabalhadora se traduzem, principalmente, na defesa pelo controle de jornada de trabalho. Após a 1ª Internacional da Associação Internacional dos Trabalhadores, ocorrida em 1866, em Genebra, quando adotou-se resolução em prol de uma legislação social internacional, e as seguintes Conferências de Berlim (1890), Bruxelas (1897), Leeds (1916), e Berna (1917), registra-se a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no fim da 1ª Guerra, como fruto do “desenvolvimento gradual da necessidade de proteger o trabalhador” (Franco Filho, 2022). Criada na Parte XIII do Tratado de Versailles, a OIT, de acordo com Franco Filho (2022), inspirou-se na doutrina social da Igreja para promover leis visando a melhorar as condições econômica e social do trabalhador - que eram deterioradas em consequência do liberalismo do *laissez-faire, laissez-passar* - defendendo, dessa forma, o advento de uma legislação internacional protetora que respeitasse a soberania de cada Estado membro. Desde então, a

OIT atua como pessoa jurídica de Direito Internacional Público, com personalidade jurídica própria, e integrando o sistema das Nações Unidas enquanto agência especializada.

Os seus princípios fundamentais, a saber, a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva; a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; a abolição do trabalho infantil; e a eliminação da discriminação no emprego e na profissão (Artigos 3º, 4º e 11º) (OIT, [s.d.]), estão, conforme pontua Franco Filho (2022), cobertos pelo próprio princípio do respeito aos Direitos Humanos, cuja aplicação, em si, já promove o abrandamento das dificuldades da convivência entre pessoas. Para a OIT, o trabalho decente, digno e produtivo, realizado por pessoas em condições de liberdade, equidade e segurança é “condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável” (OIT, [s.d.]). Por isso, dispõe de uma Agenda de Trabalho Decente e atua por meio de três organismos principais, são eles: a Conferência Internacional do Trabalho, que define as normas internacionais do trabalho e as políticas gerais da organização; o Conselho Executivo de Administração, que estabelece o programa e o orçamento que são submetidos à Conferência; e, por fim, o Escritório Internacional do Trabalho, secretariado permanente da OIT liderado pelo Diretor-Geral da organização e responsável por todas as suas atividades gerais.

No que tange o Trabalho Doméstico, em específico, a Conferência Internacional do Trabalho da OIT adotou, em 2011, convenção relativa ao trabalho digno para o trabalho doméstico, conhecida como a Convenção N.º 189. Vale ressaltar que este documento, que estabelece os princípios e direitos básicos e exige que os Estados tomem as devidas medidas para concretizá-los, só foi ratificado pelo Brasil em Janeiro de 2018. A sua aplicação se dá por meio da adaptação das leis e regulamentos pré-existentes, ou pelo próprio desenvolvimento de novas medidas específicas para o trabalho doméstico. Neste trabalho, utiliza-se a própria definição da Convenção N.º 189 para conceituar o trabalho doméstico como “o trabalho que é realizado em ou para um ou vários domicílios”, e pode incluir limpeza, cozinha, serviço de babá, jardinagem e outros - no mesmo âmbito, portanto, entende-se por trabalhador doméstico como qualquer pessoa encarregada de prestar serviço doméstico em contexto de relação laboral.

Tais conceituações colaboram com a exigência da Convenção para que os governos que a ratifiquem consultem as organizações dos empregadores e dos trabalhadores de modo a fortalecer o tripartismo e o diálogo social (OIT, [s.d.]), sobre (i) categorias de trabalhadores(as) que podem ser excluídos(as) do âmbito da Convenção; (ii) medidas de

segurança e saúde no trabalho; (iii) medidas relativas à segurança social; e (iv) medidas para proteger os(as) trabalhadores(as) de práticas abusivas por parte das agências privadas de emprego. Tais matérias constam nos Artigos 2.^º, 12.^º e 15.^º (OIT, [s.d.]). Ademais, chamam atenção os estímulos da Convenção à organização e mobilização, por parte dos trabalhadores, em apoio para a ratificação e aplicação da Convenção nos governos de seus países, a fim de influenciar a mudança legislativa e melhorar suas condições de trabalho. Da mesma forma, citam-se o asseguramento da Proteção Efetiva contra todas as formas de abuso, assédio ou violência (artigo 5º); Condições justas de emprego e condições de trabalho dignas (artigo 6º); Período normal de trabalho com descanso semanal de pelo menos 24 horas consecutivas (artigo 12º); Compensação de horas extraordinárias, períodos de descanso diário e semanal e férias anuais pagas (artigo 10º); Direito a um ambiente de trabalho seguro e saudável (artigo 13º) e Proteção em matéria de segurança social, incluindo as prestações de maternidade (artigo 14º) (OIT, [s.d.]).

Por fim, uma significativa atuação da OIT em proximidade com o Brasil e em relação direta com a telenovela *Cheias de Charme* ocorreu em 2012, durante a campanha *Quem Manda é a Lei. Carteira De Trabalho: Assine Embaixo*, iniciativa desenvolvida pelo Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho, em parceria com a TV Globo e a ONU Mulheres (ONU, 2012). A peça, que foi veiculada em TV aberta entre os dias 6 e 20 de outubro de 2012, consiste num vídeo institucional das atrizes Taís Araújo e Malu Galli interpretando suas personagens da trama e defendendo o direito de assinatura da carteira de trabalho das trabalhadoras domésticas e a conscientização de seus empregadores sobre este assunto.

Chama atenção o fato das atrizes estarem caracterizadas e atuando como Maria da Penha e Lygia, respectivamente, apesar da exibição da novela já ter acabado na altura da campanha. Tal escolha evidencia uma estratégia comunicacional que reforça a repercussão da temática da telenovela, para além da fama e da imagem publicitária das atrizes, que não aparecem como elas mesmas, mas como empregada doméstica e empregadora. A escolha por representação da doméstica e pela própria concepção da campanha dentro de um gênero ficcional, ao invés dos programas jornalísticos da emissora, surge como um exemplo da ideia de que o público tende a assimilar melhor as mensagens passadas através da dramatização do que no próprio telejornal. A aproximação do movimento em defesa do trabalho doméstico com as alterações propostas em âmbito legislativo, por sua vez, encontram definição na próxima seção deste trabalho.

7. O Poder Legislativo e as Propostas de Emenda à Constituição

No Brasil, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que é organizado em poder bicameral, dividido entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, conforme previsto no art. 44 da Constituição Federal de 1988. O primeiro é composto por 81 parlamentares - sendo eleitos três senadores para cada estado e o Distrito Federal - que exercem mandato de oito anos, com renovação de quatro em quatro anos, de maneira alternada, por um e dois terços. A segunda, por sua vez, é composta pelos 513 deputados federais, eleitos proporcionalmente em seus estados, que atuam como representantes do povo durante os quatro anos de seus mandatos. As três principais competências do Congresso Nacional podem ser consubstanciadas no conjunto de atribuições relacionadas às funções do Poder Legislativo federal; no das atribuições das Casas do Congresso; e no das atribuições relacionadas ao funcionamento de comissões mistas e de sessões conjuntas - neste caso, ainda que votem separadamente, ambas as casas, nas figuras dos deputados federais e dos senadores, atuam conjuntamente (Brasil, [s.d.]). Além da função representativa, cabe também ao Congresso exercer fiscalização, controle e atribuições legislativas - isto é, quando legisla sobre as matérias de competência da União, mediante elaboração de leis complementares e ordinárias e das emendas constitucionais, ato normativo que é foco deste trabalho.

As Emendas Constitucionais, normas jurídicas que adaptam a Constituição Federal às necessidades do povo brasileiro de acordo com determinados contextos sociais e históricos por meio da alteração do seu texto original, já passam de uma centena de casos desde 1988. Estas normas são obrigatoriamente promulgadas em sessão solene e com a presença conjunta das mesas do Senado Federal e Câmara dos Deputados, e se incorporam automaticamente à Lei Magna Nacional (Brasil, [s.d.]). Em sua fase de Proposta de Emenda à Constituição, instrumento anterior à promulgação, segue o seguinte trâmite: a proposta é apresentada pelo presidente da República, por mais da metade das assembleias legislativas ou por no mínimo um terço do total de componentes de cada casa do Congresso, ou seja, 171 deputados ou 27 senadores. Ao ser apresentada, a admissibilidade da PEC passa a ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), sendo este o início da sua tramitação. Aqui, avalia-se a presença de violações às cláusulas pétreas da Constituição na proposta apresentada, a exemplo de ameaças à forma federativa de Estado; aos direitos de cada cidadão ou à separação dos Poderes (Brasil, 2019).

Em caso de admissão pela CCJ, cria-se uma comissão especial visando a analisar o mérito da PEC na Câmara. Esta comissão goza de um prazo de 40 sessões do Plenário para

votar e alterar a proposta original, sendo o esgotamento do prazo para emendas previsto para o fim das dez primeiras sessões ao passo em que o prazo para proferir parecer acompanha as 40 sessões totais. Passada esta fase, a PEC é votada pelo Plenário em dois turnos, ocorrendo um intervalo de cinco sessões entre uma e outra votação, e sendo aprovada caso atinja ao menos 308 votos favoráveis (3/5 dos deputados) em cada uma dessas votações. Quando recebe aprovação na Câmara, a PEC é analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e depois pelo Plenário do Senado, onde precisa ser votada novamente em dois turnos (Brasil, 2010). Quando o mesmo texto é aprovado nas duas Casas, este é promulgado em forma de emenda constitucional em sessão do Congresso Nacional. Caso haja modificação significativa na proposição, ela volta obrigatoriamente para a Casa na qual começou a tramitar. Ou seja, a alteração em uma Casa implica a necessidade de uma nova apreciação da outra Casa, e assim sucessivamente.

Os processos legislativos, como os que resultam em emendas constitucionais, refletem a organização pressuposta pela vida em sociedade, na qual a existência do Direito está amplamente implicada (Bernardi; Júnior, 2019). No entanto, Turatti Jr e Bernardi (2019) explicam que burocracias, a exemplo do direito, não geram unilateralmente o bem-estar social. A vida social torna-se viável porque a sociedade formula as suas bases da justiça e funcionamento conforme a expressão da vontade social, sendo dever da legislação apenas assimilar os valores que cada sociedade estima (Bernardi; Júnior, 2019). Neste processo, os autores pontuam que a cultura, enquanto demonstração artística, filosófica, política e social de um povo, carrega as manifestações dos limites morais e éticos de determinadas comunidades, bem como as suas formas de vivência em coletividade e do contexto histórico que as determina. A modificação destas condições e dos ideais de direitos a elas atrelados, portanto, dialogam com a natureza das emendas constitucionais e, para fins deste estudo, com a PEC 478/2010, que recebe melhor detalhamento a seguir.

7.1. A Tramitação da PEC das Domésticas

A PEC 478/2010, popularmente conhecida como PEC das Domésticas, foi originalmente apresentada pelo deputado Carlos Bezerra, do PMDB/MT, em 14/04/2010, com ementa que pretendia “revogar o parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais”. Em seu texto, a PEC justificou sua relevância frente ao beneficiamento de 6,8 milhões de trabalhadores que ocorreria por meio das mudanças

jurídicas propostas, a exemplo de acesso ao FGTS, ao Seguro desemprego e o pagamento de horas extras, prerrogativas que estavam excluídas do rol dos direitos assegurados no referido parágrafo da Constituição (Brasil, [s.d.]).

O texto explica, ainda, que os esforços para o estabelecimento de um tratamento isonômico entre os trabalhadores domésticos e os demais vinham sendo realizados no âmbito do Poder Executivo desde 2008, por meio de um grupo multidisciplinar composto pela Casa Civil e os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão (Brasil, [s.d.]). Todavia, estes trabalhos foram interrompidos sob a justificativa do aumento dos encargos sociais e trabalhistas que gerariam, sendo considerado, naquele momento, mais financeiramente viável a perpetuação da existência de “trabalhadores de segunda categoria”, e retomados apenas com a apresentação da proposta de Carlos Bezerra em 2010 (Brasil, [s.d.]), que resultaria na sua transformação na Emenda Constitucional 72/2013.

Até a sua promulgação, ocorrida em 10/04/2013, a PEC tramitou em Regime Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD) e contou com 45 movimentações, de acordo com registro disponibilizado no site da Câmara dos Deputados, tendo, em resumo, o seguinte andamento: Apresentação da proposta em 14/04/2010; passando pelo Relatório de Conferência de Assinaturas; Apreciação do Plenário e Recebimento pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Com breves trâmites, a última movimentação em 2010 data de 03/08/2010, permanecendo estagnada por quase seis meses e, depois disso, sendo arquivada. A Solicitação de desarquivamento, também feita por Carlos Bezerra através do Requerimento 143/2011 acontece em 08/02/2011, sendo o desarquivamento efetuado em 16/02/2011.

Um mês e um dia depois do desarquivamento, a Deputada Andreia Zito (PSDB-RJ) requereu a criação de Comissão especial em 17/03/2011, sendo o Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS) designado como relator em 23/05/2011. O parecer do relator, no entanto, só é apresentado no mês seguinte, em 15/06/2011, pela admissibilidade da PEC e aprovado em 05/07/2011. Passados o parecer da CCJC encaminhado à publicação no Diário da Câmara dos Deputados (DCD) em 07/07/2011; a Criação da Comissão Especial em 18/08/2011 e a Constituição de Comissão Especial em 13/09/2011, ocorrem a designação da Relatora, Deputada Benedita da Silva (PT-RJ), e o Requerimento de Audiência Pública feito pela Deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP) no mesmo dia, 21/09/2011. O encerramento do prazo para emendas ao projeto após dez sessões acontece em 11/10/2011.

Quase um mês depois, requere-se prorrogação do prazo da PEC em 07/12/2011, que é deferida no dia seguinte, mas permanece parada novamente até que haja um novo

requerimento pela prorrogação do prazo em 13/02/2012, bem como um terceiro requerimento de n. 5056/2012 que ocorre em 24/04/2012. Em 21/05/2012, ocorre o pedido de Apensação n. 5222/2012 para tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 114/2011 e 478/10, realizado pela Deputada Gorete Pereira (PR-CE) - sendo a primeira de autoria da deputada e com ementa que buscava, também, nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal a fim de garantir direitos trabalhistas aos empregados domésticos. O Parecer da Relatora se mostra favorável pela aprovação de ambas as propostas pela primeira vez em 26/06/2012 e pela segunda vez em 04/07/2012. Há um novo Requerimento de Prorrogação de Prazo, desta vez sobre a Comissão Temporária n. 5819/2012 pela Comissão Especial em 07/08/2012, que recebe deferimento no mesmo dia. O parecer com Complementação de Voto da Dep. Benedita da Silva (PT-RJ) pela aprovação de ambas as PECs acontece em 22/08/2012, bem como a Vista do Deputado Roberto Balestra.

Ocorre, em 07/11/2012, a Aprovação do Parecer da relatora com Substitutivo e Complementação de Voto por Unanimidade, sendo encaminhado à publicação no DCD em 08/11/2012. A matéria, no entanto, não é apreciada por falta de *quorum* em 20/11/2012, acontecendo a Votação e Aprovação em primeiro turno do Substitutivo adotado pela Comissão Especial com prejuízo a proposição inicial e a PEC nº 114/2011 apenas em 21/11/2012. Dessa forma, ocorre a desapensação automática da PEC nº 114/2011 em 22/11/2012, que permaneceu arquivada depois disso. Há, então, o Parecer da Relatora pela aprovação em 04/12/2012, seguida pela Aprovação da Redação para o 2º turno de discussão ainda no mesmo dia. A Votação e Aprovação da PEC em segundo turno ocorre, portanto, em 04/12/2012. A Remessa é feita ao Senado Federal por meio do Of. nº 2.191/12/SGM-P em 13/12/2012, a Transformação da PEC na Emenda Constitucional 72/2013 acontece em 02/04/2013 e o Recebimento do Ofício nº 232/13 (CN) que encaminhou o autógrafo promulgado ocorre em 10/04/2013. Exposta a tramitação da PEC estudada, avalia-se, na seguinte seção, as compatibilidades entre a sua movimentação e o agendamento temático pressuposto na próxima seção.

8. Análise e Avaliação dos Resultados

Após registro e Análise Documental da tramitação da PEC 478/2010 com base na página virtual da Câmara dos Deputados, observou-se que, das 45 movimentações ocorridas, 5 ocorreram no ano de 2010; 16 ocorreram em 2011; 22 ocorreram em 2012; e 2 ocorreram em 2013. No ano de proposição, a tramitação registrou o procedimento burocrático inicial, tendo três movimentações no mês de Abril, seguidas de um hiato de quatro meses até Agosto, e outro de 5 meses até a primeira movimentação de 2011. Já em 2011, ano anterior a exibição da telenovela estudada, foram registradas 16 movimentações, tendo o período de 8 dias - 08/02 a 16/02 - como o menor sem atividade na tramitação e o de 2 meses e 6 dias - 17/03 a 23/05 - como o maior sem atividade. Em 2012, ano síncrono a exibição da novela, houveram 22 movimentações, sendo 9 dias como o menor período sem atividades - 04/12 a 13/12 - e 2 meses e 11 dias como maior período sem atividades - 13/02 a 24/04. Por fim, no ano posterior a exibição da novela, foram identificadas apenas 2 movimentações: a da Transformação da PEC na Emenda Constitucional 72/2013 em 02/04/2013 e a de Recebimento do Ofício nº 232/13 (CN) em 10/04/2013. A quantidade de movimentações por ano analisado encontra representação visual sintetizada no seguinte quadro:

Quadro 1 - Relação Movimentação/Ano da PEC 478/2010

Relação Movimentação/Ano da PEC 478/2010				
Ano	2010	2011	2012	2013
Movimentações	5	16	22	2
Total	45			

Fonte: Elaboração Própria.

No cálculo da quantidade de dias entre movimentações, a fim de identificar se estas ocorreram mais rapidamente com a estreia da telenovela, não foi identificada uma distância substancial neste percurso - sobretudo, entre os anos de 2011 e 2012, sendo estes o de maior volume. Nesta etapa, foram excluídas movimentações ocorridas no mesmo dia, movimentações meramente procedimentais - como encaminhamentos de documentação - ou matérias não apreciadas por falta de *quórum*. No entanto, é interessante ressaltar que, avaliando a natureza das movimentações, percebe-se que no ano de exibição da trama foram

concentrados os maiores trâmites de redação, discussão, apresentação de pareceres e as próprias votações em primeiro e segundo turno que culminaram na aprovação da PEC das domésticas.

Adentrando a uma análise mais qualitativa acerca dessas movimentações, chama atenção o fato de que entre em 03/08/2010 e 31/01/2011, a PEC permaneceu parada por quase seis meses, fato tido como reflexo do baixo engajamento dos parlamentares na sua tramitação durante o primeiro ano. Da mesma forma, apesar da audiência supracitada na seção de tramitações ter debatido a PEC com as ministras Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres e Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, com Carlos Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego e com representantes da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), o que reflete importante participação dos entes da sociedade civil, o fato do encerramento de prazo para emendas ao projeto após dez sessões ter acontecido em 11/10/2011 sem o registro de qualquer apresentação de emendas também evidenciou uma baixa atenção dada ao andamento da PEC naquele ano.

Os sucessivos requerimentos de prorrogação de prazos entre 2011 e 2012, em especial no que se refere ao REQ 3986/2011 que foi deferido e permaneceu sem a realização de sessões são tidos, neste trabalho, também como indicadores do baixo engajamento parlamentar com o texto proposto. Destaca-se aqui o fato da última solicitação, que por sua vez foi a única a ser deferida no ano de 2012 (REQ 5056/2012), só acontecer em 25/04/2012, isto é, nove dias após a estreia da telenovela *Cheias de Charme*, ocorrida em 16 de abril de 2012. Vale salientar que, já no seu primeiro capítulo, a trama tensionou as questões acerca das condições indignas de trabalho enfrentadas por domésticas, em especial na dinâmica de hostilidade imposta pela personagem Chayene (Cláudia Abreu) à doméstica Maria da Penha (Taís Araújo), inclusive com uma cena onde a trabalhadora é humilhada e sofre agressão leve provocada por uma sopa que é atirada contra ela pela sua empregadora.

O levantamento desta questão encontra resolução no capítulo 28 da trama, originalmente veiculado em 17/05/2012, quando ocorre audiência do processo movido por Maria da Penha contra Chayene. Na ocasião, o advogado da personagem explica que as domésticas sofrem violências e desrespeitos no ambiente de trabalho que remontam a herança escravocrata do serviço doméstico brasileiro, discurso que antecede a condenação da patroa na novela. A dramatização é destacada, principalmente, pela sua proximidade de datas com um novo deferimento registrado na tramitação da PEC 478/2010, que ocorreu em 21/05/2012 e se refere ao pedido de Apensação n. 5222/2012. O dia 22/08/2012 marca a última movimentação significativa na tramitação estudada que ocorre durante a exibição da

telenovela, visto que o último capítulo desta foi ao ar em 28 de setembro de 2012. Na ocasião, houve a apresentação da Complementação de Voto - CVO 1 PEC47810 - pela Deputada Benedita da Silva e a Vista ao Deputado Roberto Balestra, conforme detalhado na seção anterior deste trabalho.

Nesta altura, é possível identificar a existência de uma compatibilidade temporal entre a telenovela e a tramitação da PEC a medida em que se evidencia o seu ano de exibição (2012) como o período com o maior número de movimentações, sendo 22 das 45 registradas, quantidade referente a 48,8% das movimentações totais e representante de um aumento de 22,3% em relação a 2011 e 77,3% em relação a 2010. Vale ressaltar que metade das movimentações de 2012 ocorreram durante a exibição da novela, sendo 01 movimentação anterior à estreia e 10 movimentações posteriores ao último capítulo. Neste tópico, os trâmites da PEC registrados nos meses em que a novela não estava no ar ainda são considerados temporalmente compatíveis neste trabalho, a saber que, nos meses anteriores à estreia de uma telenovela, já se percebe um burburinho acerca de suas temáticas motivado pela veiculação de chamadas sobre a trama e divulgação do enredo. Similarmente, entende-se que a pauta estabelecida por *Cheias de Charme* não se encerraria instantaneamente com a exibição do seu último capítulo, tendo suas ideias possivelmente ecoado também nos três meses finais do ano em questão.

Da mesma forma, a veiculação do tema na telenovela foi compreendida como um gatilho positivo para a retomada da tramitação da PEC, que estava parada há quase seis meses no intervalo entre 2011 e 2012, bem como havia passado por constantes arquivamentos e requerimentos de prorrogação sem a devida atuação dos parlamentares sobre seu texto, conforme exposto anteriormente. As constatações supracitadas, portanto, são tomadas como relevantes para o evidenciamento de uma correlação entre a abordagem dos temas sobre o trabalho doméstico digno na telenovela e a tramitação da PEC, ainda que não sejam suficientes para confirmar a hipótese positiva de que a telenovela teria exercido influência direta no trâmite.

Neste mérito, ressalta-se a impossibilidade em se constatar o grau desta correlação, bem como a totalidade da sua direção, frente às limitações da pesquisa correlacional. Além disso, o não direcionamento desta influência promovida por meio do agendamento recai também na afirmação de Coutinho (2000) sobre as produções recentes que estudam o paradigma do agendamento e debatem que a agenda oferecida pelos meios de comunicação seria, na verdade, passível de influência por parte de outras agendas, como a governamental e

a política - o que, no caso estudado, enfatiza a possibilidade de outros movimentos terem impulsionado a PEC e a própria telenovela.

Por outro lado, no tocante a observação da presença dos temas na telenovela, foi identificada a proximidade com o Agendamento de Atributos, em consonância com o entendimento de Kim e McCombs (2007) sobre a inclinação da mídia que supera o tradicional efeito de direcionar atenção a determinado objeto e passar a nos dizer como pensar este objeto. Este resultado refere-se às constantes mensagens e situações veiculadas na telenovela que tomam para si a defesa das domésticas em detrimento de seus empregadores, exemplificado em algumas das cenas supracitadas e consubstanciados no capítulo 142, na ocasião de uma outra audiência judicial entre Maria Aparecida (Isabelle Drummond) e seus empregadores, que são condenados ao fim da trama por exploração de mão de obra infantil e trabalho em regime análogo a escravidão - fatores que distanciam do direito à vida social e escolar as muitas meninas que ingressam de maneira precoce no serviço doméstico. Dada a realidade jurídica e impunidade que constantemente vitimizam a realidade brasileira, escolhas narrativas como essas, que imaginam um mundo ideal, refletem a explicação de Barbero (1987) sobre a simulação nos meios e, sobretudo, na televisão, produzir “um real mais verdadeiro que o real”.

No que tange a investigação do inter-agendamento deste tema por meio da presença de matérias em outros programas da TV Globo, como jornalísticos ou variedades, observou-se uma repercussão tímida, ainda que existente. Em relação aos temas na própria telenovela, foram notadas algumas congruências entre as pautas abordadas na ficção e os programas da casa, a exemplo de participações no *Domingão do Faustão* e no *Criança Esperança*, ocasiões nas quais matérias do *Globo Cidadania* (2012) enfatizam a presença das atrizes para compartilhar informações e debater sobre a questão do trabalho doméstico e a valorização da profissão. No que se refere ao último, as atrizes encarnaram suas personagens não somente durante apresentação no show do evento, promovido pela TV Globo, mas também para a realização da campanha de arrecadação de doações para as instituições beneficiadas pela iniciativa da emissora em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Tal participação reflete, também, um esforço em canalizar a repercussão positiva da telenovela em direção ao engajamento em uma causa de Direitos Humanos.

Figura 1 - Taís Araújo, Leandra Leal e Isabelle Drummond em campanha do *Criança Esperança*.



Fonte: Rede Globo (2012)

No entanto, os dois casos aqui tidos como os de maior relevância ocorreram na ocasião do capítulo de estreia e do capítulo final da telenovela. O primeiro refere-se a uma matéria do programa *Mais Você* exibida, em 16/04/2012, sobre situações de risco no trabalho doméstico. Na ocasião, descreve-se o caso de uma doméstica que caiu do décimo quinto andar do prédio que trabalhava no momento em que limpava os vidros do apartamento da sua empregadora com uma escada improvisada. Ainda que não tenha sido possível analisar a abordagem dada ao caso de maneira integral frente às limitações tecnológicas e de acervo da emissora que em 2012 ainda não possuía plataformas digitais como *Gshow* e *Globoplay* para disponibilização completa dos programas como o faz nos dias atuais, sendo visitado apenas um corte de dois minutos e trinta e quatro segundos disponibilizado no site *G1*, a atenção dada ao caso, que reflete um episódio de insalubridade e exposição de risco no trabalho doméstico é tida aqui como simbólica, especialmente por ter sido veiculada no dia da estreia da telenovela em questão.

Figura 2 - Matéria do programa *Mais Você* sobre risco no trabalho doméstico.



02:34

MAIS VOCÊ

Risco no trabalho: doméstica cai ao limpar janela.

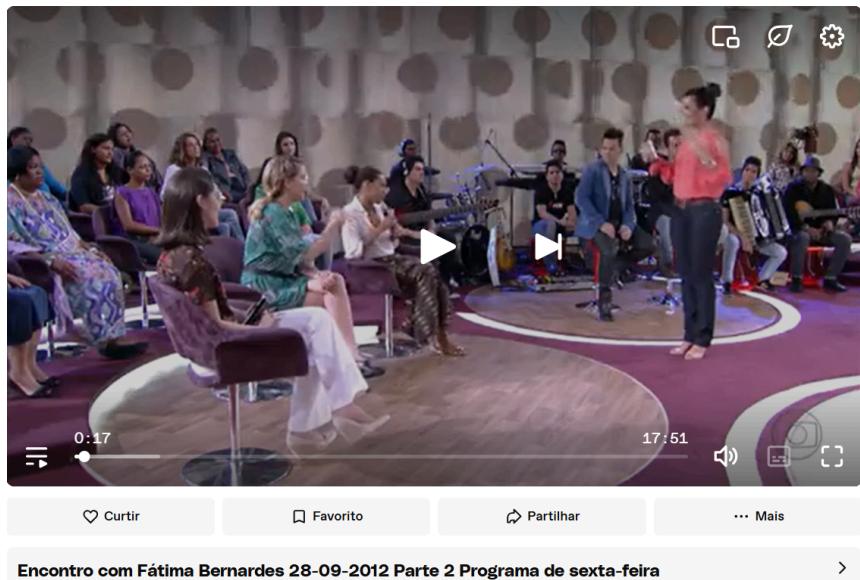
Ana Maria Braga fala sobre os riscos da profissão de **doméstica** e mostra a história de Eliete Batista de Souza, que caiu de uma altura de 45 metros.

16/04/2012 09h48

Fonte: G1 (2012)

O segundo exemplo trata do programa *Encontro com Fátima Bernardes* exibido em 28/09/2012, dia do último capítulo de *Cheias de Charme*. Na ocasião, foi promovida uma edição especial do programa com a equipe de produção da telenovela, contando com as protagonistas, os autores, a diretora e a intérprete da abertura da trama. Em meio a depoimentos de domésticas da vida real, dinâmicas e debates acerca do impacto da novela na reconfiguração das relações entre empregados e empregadores, foi retomada uma cena exibida no capítulo do dia anterior, de 27/09/2012, na qual a personagem Maria da Penha divulga o lançamento do site www.trabalhadordomestico.com.br. Atualmente, o endereço não possui conteúdos disponíveis, mas, em descrição da emissora, entende-se que foi criado para divulgar diversas informações úteis para empregadores e empregados domésticos (Globo Novidades, 2012). Aqui, para além do caráter transmídiático pelo qual a novela ficou conhecida, é exemplificada a instrumentalização de outros meios de comunicação para disponibilizar informações acerca do debate promovido pela trama.

Figura 3 - Especial Cheias de Charme no *Encontro com Fátima Bernardes*.



Fonte: Dailymotion (2012)

Por outro lado, no que se refere a PEC 478/2010, não foram identificados exemplos de conteúdos produzidos pela emissora na época em defesa da promulgação da emenda, sendo a totalidade das matérias encontradas via pesquisa no *G1* e na ferramenta de busca *Google* exibidas a partir de 2013 e a grande maioria destas com data próxima ou posterior à promulgação. Nas matérias encontradas, provenientes tanto de jornais locais de emissoras afiliadas da TV Globo como o *JPB1* da TV Cabo Branco exibido em 03/05/2013, quanto de

programas nacionais como a edição do *Fantástico* de 03/04/2013, observou-se que, de maneira geral, as matérias visavam tirar dúvidas dos telespectadores sobre o que iria mudar com o estabelecimento da nova legislação e não refletiram, em nenhum dos cortes de programação encontrados, o debate acerca da tramitação da PEC ou manifestações de apoio para a sua aprovação, o que reflete um inter-agendamento baixo ou inexistente neste âmbito.

9. Considerações Finais

No que se retoma o objetivo inicial desta pesquisa em analisar a possível correlação entre a veiculação dos temas do trabalho doméstico digno defendidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) na telenovela *Cheias de Charme* (2012) e a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional 478/2010 por meio da Análise Documental e do modelo de *Agenda Setting*, tem-se que a hipótese positiva não foi inteiramente confirmada, visto que o grau de agendamento da temática na telenovela não foi identificado com exatidão em relação à sua influência direta nos trâmites da PEC. A proposição da Emenda Constitucional, conforme evidenciado, foi fruto de trabalhos no Executivo que datam desde 2008, antecedendo a concepção da telenovela, e sendo pautada de maneira muito mais consistente pela atividade dos sindicatos estaduais e municipais de empregadas domésticas e do FENATRAD, que possuem décadas de militância pelo trabalho doméstico digno, bem como o respaldo e os estímulos de organismos internacionais, como a própria Convenção N. 189 da OIT.

Da mesma forma, não se poderia asseverar que a exibição de uma telenovela, unilateralmente, tenha garantido a promulgação da PEC em questão - inclusive, pela negação ao estabelecimento simplista das relações de causa e efeito das quais este trabalho pretendeu se distanciar desde o início. No entanto, a veiculação dos temas em *Cheias de Charme* fica aqui considerada como um importante gatilho para a retomada da tramitação da PEC, que estava estagnada há quase seis meses até a estreia da obra, retomando as suas atividades 9 dias após a exibição do primeiro capítulo por meio do requerimento de prorrogação 5056/2012. Estima-se que, em outra conjuntura, haveriam grandes chances do texto proposto pelo deputado Carlos Bezerra ter mais atrasos na sua apreciação ou ser arquivado novamente, dado o histórico de baixo engajamento dos parlamentares no início da tramitação e o próprio fato da PEC ter ultrapassado o limite de sessões estipuladas para o trâmite, tendo retomado os trabalhos apenas após o deferimento da prorrogação requerida, que acontece já no contexto de exibição da telenovela em rede nacional.

A compatibilidade temporal também se mostrou positiva frente ao alto número de movimentações na tramitação durante o ano de exibição do folhetim (2012), sendo o maior em quantidade dentre os 4 anos nos quais a PEC tramitou, e representante de um aumento de 77,3% em relação ao ano de proposição da PEC (2010). Da mesma forma, o inter-agendamento foi identificado, ainda que tímido, em ações no programa *Encontro Com Fátima Bernardes*, na repercussão em matérias dos *sites* da emissora, a exemplo do *Globo*

Cidadania, e na realização da campanha *Quem Manda é a Lei. Carteira De Trabalho: Assine Embaixo*, desenvolvida pelo Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho, em iniciativa conjunta com a TV Globo e a ONU Mulheres.

Dessa forma, considera-se alcançado os intuitos específicos em observar a abordagem dada ao tema do trabalho digno na telenovela, que revelou um viés favorável ao trabalhador, bem como investigar a repercussão desta abordagem em outros veículos e programas da emissora. No entanto, pontua-se como um limitante da pesquisa a dificuldade em localizar tais programas frente às indisposições tecnológicas e de acervo da emissora em 2012, quando ainda não possuía as plataformas digitais robustas de hoje, questão que resultou na impossibilidade de analisar tais conteúdos integralmente e gerou a fragilidade deste trabalho em apontar o exato grau desta repercussão, aqui considerado baixo.

Esta fragilidade, no entanto, abre uma possibilidade de desdobramento deste trabalho com base na execução do mesmo modelo proposto, isto é, partindo de uma hipótese de correlação positiva, porém tendo como objeto os casos posteriores ao lançamento de plataformas como *Globoplay* e *Gshow*, que contarão com maior acervo e, por conseguinte, novos caminhos para comprovar o agendamento de temas. Por fim, verificada a hipótese, dentro dos limites da pesquisa, sobre a correlação positiva entre a tramitação da PEC das Domésticas e a novela *Cheias de Charme*, este estudo fornece, por meio da observação de uma manifestação mais consistente do que se entende pelas interações entre a teledramaturgia e a sociedade, as bases para a predição e o fomento de novos estudos sobre fenômenos correlatos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. 1947. Trad. Guido Antônio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CONGRESSO NACIONAL. **Atribuições**. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/institucional/atribuicoes>>. Acesso em: 26 set. 2025.

AYRES, Cássia. **Um novo pensamento da comunicação para a mudança social**. 2019.

BBC NEWS BRASIL. **Quem foi Laudelina de Campos Melo, pioneira na luta por direitos de trabalhadores domésticos no Brasil**. BBC, 12 out. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-54507024>>. Acesso em: 21 set. 2025.

BROOKS, R. L. et al. **Ice sheet topography by satellite altimetry**. Nature, v. 274, n. 5671. 1978.

BASSI, Ingrid Gomes. **Por uma comunicação popular para a transformação social**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 22, n. 43, 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Saiba mais sobre a tramitação de PECs**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/573448-saiba-mais-sobre-a-tramitacao-de-pecs/>>. Acesso em: 26 set. 2025.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Editora Ática, 2008

GLOBO CIDADANIA. **Cheias De Charme Valorizou O Trabalho Das Empregadas Domésticas**. Disponível em: <<https://redeglobo.globo.com/globocidadania/nas-novelas/noticia/2012/10/cheias-de-charme-valorizou-o-trabalho-das-empregadas-domesticas.html>>. Acesso em: 26 set. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Quase todos os municípios do país possuem TV aberta e bibliotecas públicas**. Disponível em: <<https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/quase-todos-os-municipios-do-pais-possuem-tv-aberta-e-bibliotecas-publicas>>. Acesso em: 26 set. 2025.

COUTINHO, Iluska. **A aplicação da Agenda Setting em conteúdos ficcionais: notas sobre o papel das telenovelas na constituição da pauta do telejornalismo**. In: Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Manaus, Intercom. 2000.

CRUZ, Fábio Souza da. **Mídia e direitos humanos: tensionamentos e problematizações em tempos de globalização neoliberal**. Revista Katálysis, v. 14, p. 182-190, 2011.

Dailymotion. **Encontro com Fátima Bernardes 28-09-2012 Parte 2**. Disponível em: <<https://www.dailymotion.com/video/xtxzt2>>. Acesso em: 7 out. 2025.

DE ALBUQUERQUE, Rosiane Alves; DE LIMA, Aluísio Ferreira. **Tráfico de mulheres e direitos humanos: análise dos discursos veiculados na telenovela “Salve Jorge”**. Psicologia em Revista, v. 23, n. 1, p. 81-105, 2017.

DE LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Telenovela como recurso comunicativo.** MATRIZes, v. 3, n. 1, p. 21-47, 2009.

DE CASTRO, Davi. **Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de Agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos.** Intexto, n. 31, p. 197-214, 2014.

DE SOUZA, Maria Carmem Jacob. **Telenovela e representação social: Benedito Ruy Barbosa e a representação do popular na telenovela Renascer.** Editora E-papers, 2004.

DE BRITO, Ester et al. **Dez anos da PEC das domésticas: o que realmente mudou?.**

Disponível em:

<<https:// aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2024/03/26/dez-anos-da-pec-das-domesticas-o-que-realmente-mudou/>>. Acesso em: 26 set. 2025.

GLOBO NOVIDADES. Direitos Dos Empregados Domésticos Em Filme Com Taís Araújo E Malu Galli. Disponível em:

<<https://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/2012/10/direitos-dos-empregados-domesticos-em-filme-com-tais-araujo-e-malu-galli.html>>. Acesso em: 26 set. 2025.

REDE GLOBO. “Empreguetes” cantam para filme da campanha do Criança Esperança.

Disponível em:

<<https://redeglobo.globo.com/criancaesperanca/noticia/2012/07/empreguetes-cantam-para-filme-da-campanha-do-crianca-esperanca.html>>. Acesso em: 7 out. 2025.

Folha de S.Paulo. **Analfabetismo no Brasil: o que há de novo?** 1995. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/08/opiniao/10.html>>. Acesso em: 26 set. 2025.

Folha de S.Paulo - **“O Rei do Gado” ganha atualidade com MST.** 1996. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/15/ilustrada/19.html>>. Acesso em: 7 out. 2025.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Disponível em:

<<https://www.ilo.org/pt-pt/regions-and-countries/latin-america-and-caribbean/brasil/conheca-oit>>. Acesso em: 26 set. 2025.

JUNIOR, Marco Antonio Turatti; BERNARDI, Renato. **Quem matou Odete Roitman? A responsabilidade do Estado sobre o entretenimento televisivo e os reflexos jurídicos da representatividade social na telenovela brasileira.** Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, v. 20, n. 1, p. 71-94, 2019.

KIM, Kihan; MCCOMBS, Maxwell. **News story descriptions and the public's opinions of political candidates.** Journalism & Mass Communication Quarterly, v. 84, n. 2, p. 299-314, 2007.

MCCOMBS, Maxwell. **A look at agenda-setting: Past, present and future.** Journalism studies, v. 6, n. 4, p. 543-557, 2005.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. **The evolution of agenda-setting research: Twenty-five years in the marketplace of ideas.** Journal of communication, v. 43, n. 2, p. 58-67, 1993.

MANOEL, Aparecida; CARUSO, Sergio. **A importância da PEC das domésticas para consolidação dos direitos trabalhistas.** Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 6, n. 13, p. 1807-1818, 2023.

MARTÍN-BARBERO, JESÚS. **Dos meios às mediações: 3 introduções.** Matrizes, v. 12, n. 1, 2018.

MAURO, Rosana; TRINDADE, Eneus. **Telenovela e discurso como mudança social na análise da personagem Maria da Penha em Cheias de Charme.** Em Questão, v. 18, n. 2, p. 169-182, 2012.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **OIT Lança Peça Publicitária Na Tv Pela Promoção Da Carteira Assinada De Trabalhadoras Domésticas.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/60747-oit-lan%C3%A7a-pe%C3%A7a-publicit%C3%A3o-na-tv-pela-promo%C3%A7%C3%A3o-da-carteira-assinada-de-trabalhadoras>>. Acesso em: 26 set. 2025

SINDOMÉSTICA. **Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos da Grande São Paulo.** Disponível em: <https://www.sindomestica.com.br/noticias_mostra.php?id=727>. Acesso em: 26 set. 2025.

UFSM. **Trabalhadoras Domésticas Lutam Por Direitos Há Mais De 80 Anos.** In: Revista Arco. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/midias/arco/trabalhadoras-domesticas-lutam-direitos-80-anos>>. Acesso em: 26 set. 2025.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural.** Boitempo Editorial, 2017.

WOLF, Mauro; DE FIGUEIREDO, Maria Jorge Vilar. **Teorias da comunicação.** Presença, 1987.